

VICTOR SENA ISSA

**A implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas de
garantia da sustentabilidade ambiental - água potável e saneamento
sanitário - o caso do Brasil e da Colômbia**

BRASÍLIA – DF



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FAJS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VICTOR SENA ISSA

**A implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas de
garantia da sustentabilidade ambiental - água potável e saneamento
sanitário - o caso do Brasil e da Colômbia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gleisse Ribeiro Alves

**Brasília
2017**

VICTOR SENA ISSA

A implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas de garantia da sustentabilidade ambiental - água potável e saneamento sanitário - o caso do Brasil e da Colômbia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gleisse Ribeiro Alves

Brasília, de 2017

Banca Examinadora

Prof.
Orientadora

Prof.
Examinador

Prof.
Examinador

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a formulação desse trabalho, e aos que ao longo do período de graduação me estimularam a desenvolver habilidades e competências importantes para o resto de minha vida como profissional de relações internacionais e cidadão consciente do mundo.

Grato aos professores e mestres, à administração e à direção do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), pelo apoio, incentivo e excelente trabalho prestado, os quais influenciaram a minha rica experiência de aprendizagem pessoal e profissional.

Um agradecimento especial à inigualável Professora Doutora Gleisse Ribeiro Alves pela orientação na elaboração desse trabalho, bem como pelos válidos conselhos acerca do tema estudado.

Aos valiosos amigos que conquistei na universidade, pelos proveitosos anos de convivência, a bela amizade e a preciosa experiência e à família, em especial meus pais Sandra Regina de Sena e Ricardo Russo, pelo apoio e auxílio na formulação deste importante trabalho.

RESUMO

O presente estudo se propôs a analisar a forma como o tema meio ambiente se projetou no sistema internacional, com ênfase no esforço das Nações Unidas como organização internacional promotora da cooperação internacional para o desenvolvimento. Desta maneira, investigou-se através de documentos oficiais nacionais e internacionais, além de artigos científicos, o programa das Nações Unidas idealizado como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na perspectiva de compreender como um projeto de caráter multilateral, que levou em consideração o meio ambiente, pôde implicar ações estatais de reformulação de estratégias e táticas na melhoria da qualidade de vida e na proteção e conservação do meio natural. Assim, o trabalho avaliou pontualmente os relatórios de acompanhamentos anuais no período de 2004 a 2014 dos países Brasil e Colômbia, em vista da proximidade geográfica e dos demais índices econômicos e sociais similares entre esses países. O objetivo do presente estudo foi de analisar a garantia de sustentabilidade ambiental no que concerne ao acesso à água potável e ao saneamento básico com o objetivo de enxergar a real transformação dos esforços de cooperação internacional no que tange, principalmente, o meio ambiente. Logo, apresentaram-se as teorias idealista e neoliberal de relações internacionais no intuito de interpretar o sistema internacional frente a tais considerações de análise de um mundo, cujas instituições e cooperação são altamente importantes para o desenvolvimento sustentável. Por fim, como resultados das implementações, obteve-se uma resposta positiva nos trabalhos do Brasil e da Colômbia. Entretanto, somente o Estado brasileiro atingiu a meta estudada, sendo que a Colômbia atingiu parcialmente a meta, o que demonstra que houve, de fato, e em razão da participação internacional, a melhoria do acesso aos serviços básicos e o maior cuidado com os impactos na natureza.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the way in which the environmental theme was projected in the international system, with emphasis on the United Nations effort as an international organization promoting international cooperation for development. In this way, through official national and international documents, as well as scientific articles, the United Nations program, conceived as the Millennium Development Goals (MDG), was investigated, with a view to understanding how a multilateral project, which took into consideration the environment, could imply in state actions of reformulation of strategies and tactics in the improvement of the quality of life and in the protection and conservation of the natural environment. Thus, the work periodically evaluated the annual monitoring reports from 2004 to 2014 of the countries of Brazil and Colombia, due to the geographical proximity and other similar economic and social indicators between these countries. The objective of the present study was to analyze the guarantee of environmental sustainability regarding access to drinking water and basic sanitation in order to see the real transformation of the international cooperation efforts in which the environment mainly touches. Therefore, the idealist and neoliberal theories of international relations were presented in order to interpret the international system, considering such considerations of analysis of a world, whose institutions and cooperation are highly important for sustainable development. Finally, as a result of the implementations, a positive response was obtained in the works of Brazil and Colombia, but only the Brazilian State reached the goal studied, in proportion that, Colombia partially reached the goal, which shows that there was, in fact, and because of international participation, improved access to basic services and greater care for the impacts on nature.

| | |
|--|-----------|
| SUMÁRIO | |
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| | |
| CAPITULO I - CONTEXTO HISTÓRICO AMBIENTAL INTERNACIONAL NAS NAÇÕES UNIDAS..... | 10 |
| 1. Primórdios da questão ambiental no âmbito internacional..... | 10 |
| 1.1 Questão ambiental institucionalizada nas Nações Unidas..... | 15 |
| 2. A Declaração do Milênio..... | 22 |
| 2.1 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)..... | 24 |
| 2.2 Objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental: Água potável e Esgotamento Sanitário (7.C) | 26 |
| | |
| CAPITULO II - IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO DE GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – NO BRASIL E NA COLÔMBIA..... | 29 |
| 3. Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios dos anos 2004 e 2005..... | 30 |
| 3.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2004..... | 30 |
| 3.2 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2005 | 32 |
| 3.3 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2005..... | 37 |
| 3.1 Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios dos anos 2007 e 2008 | 44 |
| 3.1.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2007 | 44 |
| 3.1.2 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2008 | 47 |
| 3.2 Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios dos anos 2010 e 2011..... | 50 |
| 3.2.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2010 | 50 |
| 3.2.2 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2011 | 54 |
| 3.3 Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios do ano de 2014 | 55 |
| 3.3.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2014 | 55 |
| 3.3.2 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2014 | 58 |
| | |
| CAPITULO III - A ANÁLISE DOS ODMs SOB O OLHAR DAS TEORIAS IDEALISTA E NEOLIBERAL | 61 |
| 4. Visão geral da teoria idealista e neoliberal | 61 |
| 4.1 Contexto histórico da cooperação internacional e o meio ambiente | 70 |
| | |
| CONCLUSÃO..... | 76 |
| | |
| ANEXO..... | 79 |
| REFERÊNCIAS..... | 81 |

INTRODUÇÃO

O tema meio ambiente tem sido objeto de preocupação da comunidade internacional em vista das amplas evidências de devastação global e das consequências para o homem. Em razão disso, observou-se no último século um aumento exponencial da abordagem de assuntos de segurança ambiental e de promoção do meio ambiente no cenário internacional.

Essa agenda propícia ao meio ambiente - ao receber contornos internacionais por intermédio dos esforços dos arranjos multilaterais, isto é, organizações internacionais - fez prevalecer a vontade e o interesse dos Estados em cooperar em prol das atividades de preservação e conservação ambiental. Um exemplo de destaque analisado neste trabalho será as Nações Unidas como órgão multifuncional de articulação e governança global.

As Nações Unidas surgem para coordenar e promover o diálogo quanto as questões de paz e segurança nas relações internacionais, além de incentivar a cooperação internacional. Mas, por ser um fórum global, transborda a temas relevantes à comunidade internacional, sendo capaz de abranger temáticas de infinitas matérias, como, por exemplo, o meio ambiente. Considerando tais fatos, foi criado pelas Nações Unidas, o programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (2000-2015), com a finalidade de construir um mundo pacífico, justo e sustentável a partir da redução da pobreza.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram como trabalho da cooperação internacional com base na Declaração do Milênio, a qual, além de confirmar o comprometimento de 189 países com as pautas de direitos humanos e a sustentabilidade, ou seja, o desenvolvimento humano, traçou oito objetivos, vinte e cinco metas e sessenta indicadores para o esforço coletivo em nível mundial.

A presente pesquisa propõe, como foco de análise, a comparação dos resultados dos informes anuais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio dos Estados do Brasil e da Colômbia, direcionado especificamente ao objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental, água potável e saneamento básico (7.C) ou meta 10, de forma a entender a evolução e verificar o alcance da implementação do programa no Brasil e na Colômbia, ambos países da América do Sul.

O trabalho será dividido em três capítulos: no primeiro, será traçado o contexto histórico ambiental internacional nas Nações Unidas e exibida a criação e proposta do

programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; em seguida, será abordada a implementação do *objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental, água potável e esgotamento sanitário* no Brasil e na Colômbia, através da análise dos relatórios nacionais anuais no período de 2004 a 2014; e, por último, serão discutidas as teorias das relações internacionais idealista e neoliberal como processos para interpretar o sistema internacional e suas relações de interesse e poder, ressaltando o desabrochar da cooperação para o desenvolvimento e o meio ambiente, retratando também as Nações Unidas como órgão de articulação mundial e os ODMs como exemplo concreto da governança global e da cooperação internacional.

CONTEXTO HISTÓRICO AMBIENTAL INTERNACIONAL NAS NAÇÕES UNIDAS

O primeiro capítulo desse trabalho pretende demonstrar o passo a passo do tema meio ambiente na busca por relevância dentro da agenda internacional até o momento de solidificação do contexto histórico ambiental, apresentando o andar institucional das discussões, relatórios e conferências internacionais decorrentes do tema meio ambiente, principalmente no âmbito das Nações Unidas, como promotora do programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A propósito, o trabalho se sustenta em uma perspectiva institucional, não desmerecendo as conquistas da sociedade civil e outras que foram, da mesma maneira, importantes para a construção das instituições que tratam sobre o tema do meio ambiente.

Por esse motivo, esse capítulo percorre desde os primórdios da questão ambiental no âmbito internacional, de forma sucinta, até a abordagem da questão ambiental prontamente institucionalizada nas Nações Unidas, além de explicar como ocorreu o processo de elaboração da Declaração do Milênio e como foram fixados os objetivos, metas e indicadores do programa Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas com enfoque na garantia da sustentabilidade ambiental e especificamente nos problemas de água potável e saneamento básico.

1. Primórdios da questão ambiental no âmbito internacional

Do século XVIII ao século XIX, o globo passou por um período de industrialização e especialização chamado “Revolução Industrial”, que foi marcado pelo nascimento de manufaturas, indústrias, tecnicidade e produção em larga escala em todos os setores da atividade econômica. A política do comércio internacional objetivava, nesse período, o livre-comércio, a exportação e a importação de bens e serviços, e o sistema internacional de finanças, que já mostravam, assim como hoje, sua importante participação no crescimento dos países.

Como consequência, o desenvolvimento industrial trouxe a devastação dos recursos naturais, pois, ao abastecer a indústria com as matérias primas necessárias para a fabricação dos bens de consumo, atingiu o sistema natural e físico, tais como a vegetação, os animais, o solo, os microrganismos, o ar, a água, o tempo e o clima, fato esse que proporcionou a alteração irreversível do ecossistema, ameaçando a vida do planeta, como pode ser visto: “(...) é comprovadamente das relações produtivas da

sociedade urbano-industrial, que se originaram, direta ou indiretamente, a maior parte dos problemas ambientais enfrentados na “modernidade” (ROCHA, apud; Guimarães, 2001; Foladori e Tommasino, 2000, p. 1).

No início do século XX, após anos de degradação e uso extremo e ineficiente dos recursos naturais - que são finitos -, a questão ambiental ainda não se fizera muito relevante aos olhos de intelectuais e dos governantes à época, como pode ser comprovado pela continuidade de políticas microeconômicas e macroeconômicas insustentáveis das principais potências do sistema internacional, isto é, a obsessão pelo acúmulo de riqueza e desenvolvimento a qualquer custo, ocasionando o desdobramento rápido de doutrinas de incentivo à industrialização para o progresso nacional. Brümmer (2010, p. 1) demonstra essa ideia: “De fato, inicialmente a preservação ao meio ambiente era simplesmente uma consequência da proteção à propriedade, à matéria prima ou a um modo de produção, ou seja, o principal objetivo era proteger um aspecto econômico”.

Porém, na metade desse mesmo século, convenções, tratados, protocolos sobre preservação e conservação da flora e da fauna começaram a ser pensados com a finalidade de reverter o panorama de destruição e poluição total, de tal modo a permitir o avanço da ordem ambiental internacional; quer dizer, o tema meio ambiente ganhou contornos internacionais, com a construção de ideias de segurança ambiental e ecodesenvolvimento. A natureza deixa de ser apenas uma matéria-prima para o desenvolvimento e se faz relevante como um bem da humanidade, para além das da produção do desenvolvimento econômico. Assim como em consonância com o artigo:

Inicialmente identificado como um debate limitado pelas suas características técnicas e científicas, a questão do meio ambiente foi transferida para um contexto muito mais amplo, com importantes ramificações nas áreas política, econômica e social. (BRÜMMER, 2010, p. 1. apud; LAGO, 2006).

De início, as Nações Unidas (1945) pouco ou nada conheciam a respeito da questão da transformação do meio ambiente, mas devido a sua importância para a comunidade internacional e a segurança coletiva como fundamento moral das relações internacionais, o organismo internacional – como órgão coordenador e fiscalizador das questões de paz e segurança nas relações internacionais, além de promotor do desenvolvimento e do respeito à dignidade humana, isto é, aos direitos humanos – , tornou-se um arcabouço internacional essencial para a cooperação, apto

a facilitar e promover o debate multilateral, instigar parcerias, gerenciar trabalhos e disseminar conhecimento sobre as diversas temáticas que compunham a agenda internacional, o que, mais tarde, influenciaria na questão ambiental internacional. Faz-se imprescindível constatar o propósito das Nações Unidas que é apresentado no Preâmbulo da Carta de São Francisco:

**NÓS, OS POVOS DAS
NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS**

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, A Carta das Nações Unidas, 2017).

No que segue, segundo A ONU e o meio ambiente (2017), devido aos temores da poluição e da radiação no meio ambiente ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Organização das Nações Unidas questionou-se sobre as possíveis consequências do uso excessivo de produtos químicos lançados no planeta durante o período de guerra. Esse fora o primeiro indício, mas sem muito aprofundamento, de uma tímida curiosidade do órgão para com a caótica situação ambiental.

No ano de 1948, na Suíça, deu-se o primeiro passo institucional para a conservação da natureza, por intermédio da União de Conservação Mundial, que hoje adotou o nome de União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), cujo objetivo era, através de uma complexa rede ambiental, auxiliar o mundo a encontrar soluções pragmáticas para os desafios do meio ambiente e promover o ecodesenvolvimento, quer dizer, acompanhar os status ambientais, facilitar o diálogo e pressionar as partes a colaborarem com a preservação e conservação dos naturais. Entende-se a UICN como:

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) é uma União de membros exclusivamente composta por organizações governamentais e da sociedade civil. Fornece às organizações públicas, privadas e não-governamentais o conhecimento e as ferramentas que permitem o progresso humano, o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza. (...) A UICN é a autoridade global sobre o status do mundo natural e as medidas

necessárias para salvuardá-lo. Nossos especialistas estão organizados em seis comissões dedicadas à sobrevivência de espécies, direito ambiental, áreas protegidas, política social e econômica, gestão de ecossistemas e educação e comunicação. (IUCN, About).

Como efeito, no final dos anos 1960, após o pontapé internacional para a preservação ambiental com a União Internacional para a Conservação da Natureza, a Organização das Nações Unidas (ONU) – que, vale ainda dizer, estava consolidando sua relevância como ator fundamental para a manutenção da paz e promoção da cooperação internacional no sistema internacional –, permanecia distante do novo contexto mundial que abordava questões para além das tradicionais abordagens militares e/ou econômicas (High Politics), como foi o caso dos assuntos que tangem o meio ambiente e sua segurança.

Todavia, verdade seja dita, mesmo com a existência do Conselho Econômico e Social: “(...) órgão coordenador do trabalho econômico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas”, o Conselho econômico e social (2017), o incentivo a cooperação para com aqueles novos temas (Low Politics) eram tímidos ou quase inexistentes, quando comparados às abordagens tradicionais, ignorando, como consequência, tais temáticas como a proteção dos recursos naturais.

De acordo com Miranda (2012) e a UNIC Rio de Janeiro (2014), verifica-se dentro dessa ótica de cooperação das Nações Unidas, as suas subordinadas, que são agências especializadas, fundos e programas. Vejamos:

As agências especializadas, no que lhes concerne, são estabelecidas por acordos multilaterais com finalidade técnica de assuntos comuns, como a saúde e o trabalho. Dessa maneira, e com o suporte do direito internacional, há uma contínua observância internacional das agências especializadas sobre a situação em análise, bem como recomendações aos entes estatais e o estudo técnico e científico do tema, promovendo avanço substancial na área estudada. A propósito, a Organização Mundial da Saúde (OMS) é um exemplo de agência especializada, cuja dedicação está na melhoria das condições de saúde mundial.

Por intermédio de programas, a ONU também otimiza seus trabalhos sociais, econômicos e humanitários, disseminando conhecimento, metodologia e programas sobre os respectivos temas a toda população global, através do debate entre instituições públicas e/ou privadas e a sociedade civil organizada. Na verdade, foi por

meio do programa desenvolvido pelas Nações Unidas que se criaram os objetos analisado neste trabalho, quais sejam, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Nota-se que, em razão do organismo democrático das Nações Unidas - que, rememorando, resguarda a paz, a justiça e o direito internacional, bem como promove o diálogo multitemático -, tornou-se possível conquistar contribuições e adquirir recursos, o que caracteriza os fundos, para a implementação de projetos sociais, a fim de solucionar questões fundamentais de desenvolvimento humano.

Segundo, a UNIC Rio de Janeiro (2014, p, 1), programas e agências especializadas são:

O Sistema da ONU está formado pelos seis principais órgãos da Organização, por Fundos ou Programas e pelas Agências Especializadas. Atualmente as Nações Unidas têm 26 programas e agências vinculados de diversas formas com a ONU apesar de terem seus próprios orçamentos e estabelecerem suas próprias regras e metas. Todos os programas e agências especializadas têm uma área específica de atuação e prestam assistência técnica e humanitária nas mais diversas áreas.

A propósito, e em conformidade com A ONU e o meio ambiente (2017), o mundo desperta mais interesse em defender o meio ambiente à medida em que se aumentam as informações sobre a situação de degradação ambiental. Por isso, após o lançamento da obra de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa” (1962), que levanta o questionamento acerca da quantidade de produtos químicos usados na agricultura global e seus danos ao ecossistema da Terra, o tema meio ambiente ganha mais espaço nos debates internacionais.

Em sequência, no ano de 1968, a preocupação com a questão ambiental se torna um fenômeno global, ganhando adeptos interessados em entender quais eram as consequências do exponencial crescimento e desenvolvimento econômicos não planejados pelos Estados, além do uso de produtos químicos no meio ambiente, e, como mencionado por Raul Prebisch, pelos “centros industrializados” durante séculos da corrida pela industrialização.

Naquele ano, e em harmonia com Club of Rome (1972), o Clube de Roma, procurou-se discutir, pela primeira vez na história, e com a participação de cientistas e intelectuais de todo o mundo, os principais problemas de cunho ambiental, isto é, o

futuro das condições humanas. As ideias debatidas e as soluções apresentadas durante o encontro culminaram mais tarde na produção do relatório “Os limites do crescimento” (1972), cuja finalidade foi a mesma do debate, qual seja, demonstrar que as causas do crescimento econômico e populacional tinham consequências devastadoras ao planeta. Ao mesmo tempo, explicava que, embora houvesse o avanço tecnológico, os recursos naturais não seriam capazes de sustentar as demandas futuras da humanidade. Contudo, salienta-se que foi a partir das conferências sobre o meio ambiente das Nações Unidas que a temática de segurança ambiental realmente ganha relevância internacional, e é isto que veremos.

1.1 Questão ambiental institucionalizada nas Nações Unidas

Conforme, A ONU e o meio ambiente (2017) e Brümmer (2010), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo (1972) deu sequência histórica ao tema ambiental na agenda internacional, uma vez que foi a primeira Conferência das Nações Unidas voltada propriamente aos assuntos de meio ambiente, tendo em vista a universal preocupação com o uso sustentável dos recursos naturais.

De início, seu objetivo se limitava a estabelecer entre os membros que compunham o organismo o debate político acerca desta nova vertente que viria futuramente a ameaçar ou intervir direta ou indiretamente nos assuntos e nos interesses estratégicos nacionais.

Salienta-se, os frutos da Conferência de Estocolmo, que foram as criações de dispositivos institucionais e financeiros permanentes para coordenar ações de proteção ao meio ambiente. Como exemplo, a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (CMED) e a elaboração dos 19 princípios na Declaração final, que representavam o “Manifesto Ambiental”, cujo objetivo foi resguardar o ecossistema do planeta para a sobrevivência confortável da humanidade. O manifesto estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental da instituição mundial. Eis o trecho:

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias,

podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas...”
“Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade. (A ONU E O MEIO AMBIENTE (2017), Apud; Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) Parágrafo 6).

Segundo, A ONU e o meio ambiente (2017) e Brümmer (2014), após o sucesso da Conferência de Estocolmo, as Nações Unidas, por meio da Assembleia Geral, decidiram instituir o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e, no mesmo período, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente apresentou a edição do Relatório Brundtland (1987), que visava aprofundar as propostas mundiais na área ambiental. O documento Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, empregou, pela primeira vez, a expressão “desenvolvimento sustentável” em detrimento da anteriormente utilizada, o “ecodesenvolvimento”. Eis trecho do documento:

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”

“Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras...O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.”

“Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia... No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.”

“Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.” (NAÇÕES UNIDAS. A ONU e o meio ambiente (2017), Apud; Relatório Brundtland, 1987. “Nosso Futuro Comum”).

Posteriormente, e ainda de acordo com A ONU e o meio ambiente (2017) e Brümmer (2014), ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), Rio 92 ou ECO 92, sediada na cidade do Rio de Janeiro, que tinha o objetivo de conciliar o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ao meio ambiente, isto é, impelir políticas mais integradoras às novas necessidades ambientais.

A partir dessa conjuntura, o assunto meio ambiente foi introduzido na agenda mundial de forma vigorosa, ampliando a ideia de desenvolvimento sustentável. Criou-se a conscientização internacional, respeito e a não-agressão à natureza, além do

reconhecimento das necessidades dos países em desenvolvimento, impondo apoio tecnológico e ou financeiro para que esses conseguissem acompanhar o desenvolvimento sustentável.

Durante a RIO 92, foram editados cinco tratados: **a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Quadro sobre Mudança de Clima, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração sobre Conservação e Uso Sustentável de Todos os Tipos de Florestas, e a Agenda 21.** Segundo, Brümmer (2010):

Os dois primeiros são acordos cujo cumprimento é juridicamente obrigatório para os países que os ratificaram. Já as declarações e a Agenda 21 são acordos protocolares que estabelecem políticas, sem vinculação jurídica, cujo cumprimento depende do governo de cada país que assinou tais instrumentos.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) recomendou aos Estados que houvesse a proteção da abundante biodiversidade do planeta. O Brasil incorporou a CDB com a edição do decreto legislativo de número 11 de 1994, o qual explicava:

Os objetivos desta Convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção sobre Diversidade Biológica. Decreto Legislativo nº2 de 1994, artigo I.)

A Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no que lhe concerne, surge para reafirmar a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano por meio da proclamação de 27 princípios. No mais, a Declaração pretendia:

(...) o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar, (...) (NAÇÕES UNIDAS, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2012)

A Declaração sobre Conservação e Uso Sustentável de Todos os Tipos de Florestas aparece para reforçar o consenso da comunidade internacional para com a proteção das florestas, e isto pode ser observado na frase: “(...) declaração de princípios para um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas” que está contida no anexo III do documento da Declaração de Princípios sobre Florestas (A/CONF.151/26 (Vol. III)).

A Convenção Quadro sobre Mudança de Clima (UNFCCC), se reúne anualmente com o propósito de reduzir as mudanças climáticas e preservar a biodiversidade, o que pode ser observado:

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) tem o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado em um prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e permitindo ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC))

A Convenção Quadro sobre Mudanças de Clima foi responsável por debater as mudanças de clima e idealizou o Protocolo de Kyoto (1997), que pretendia determinar a redução na taxa de emissão do gás CO₂ pelos Estados-membros da ONU em 5%, com referência aos anos 1990 e com prazo máximo de até 2012. Aliás, recentemente, a Convenção estabeleceu mudanças de longo prazo importantes com a 21ª reunião (COP 21), através de um esforço contínuo para limitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5 graus até 2100, de acordo com os níveis pré-industriais.

A Agenda 21, por seu lado, e em harmonia com as informações do Ministério do Meio Ambiente, foi um amplo programa de ação com 40 capítulos, cujo objetivo foi transformar o padrão de desenvolvimento mundial, estabelecendo o consumo responsável, estimulando a inovação de tecnologias verdes e a proteção ambiental, como analisado em A ONU e o meio ambiente (2017):

Na Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. (...) Mas a Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento;

padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional.

Aliás, em vista dos tratados acordados, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu também em 1992 a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), como comissão funcional parte do Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

Assim, entende-se que em 1992, por meio dos debates, convenções, programas, fundos, comissões internacionais e ONGs ligados ao tema ambiental, a relação meio ambiente e desenvolvimento econômico foi reconhecida quase que no mundo inteiro, porque as empresas multinacionais, encorajadas pelos apelos da população civil internacional e Estados com a assinatura de compromissos internacionais de cunho ambiental, propondo a criação de políticas públicas nacionais para a proteção e preservação do meio ambiente, no que concerne ao consumo responsável, iniciaram o processo de reformulação de suas ações e estratégias, tornando-as mais apropriadas para os novos tempos, impulsionando as modificações das estruturas produtivas, tornando-as mais sustentáveis e utilizando materiais menos ofensivos à natureza.

O impacto da RIO 92 foi vasto, pois disseminou os princípios do conceito de desenvolvimento sustentável para as seguintes conferências das Nações Unidas:

A Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1999); a Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Nova York, 1999); a Cúpula do Milênio (Nova York, 2000) e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (cujo sétimo objetivo procura “Garantir a sustentabilidade ambiental”) e a Reunião Mundial de 2005. (A ONU E O MEIO AMBIENTE, 2017)

A Conferência Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, foi realizada no ano de 2002 em Johannesburgo, na África do Sul. Este encontro objetivou analisar e fazer um balanço dos resultados obtidos a partir dos acordos firmados na Conferência anterior, RIO 92, como explicar a importância da adesão de matrizes energéticas limpas e, proporcionalmente, pressionar toda a comunidade internacional para se empenhar em seguir os tratados internacionais para a preservação dos recursos naturais do planeta. Como explica a ONU (2017) “Foi uma Cúpula de “implementação”, concebida para transformar as metas, promessas e

compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis”. Entretanto, verdade seja dita, os resultados da Cúpula não foram muito significativos a longo prazo.

A Cúpula de Joanesburgo deve ser entendida também segundo Brümmer (2014) como:

A Cúpula de Joanesburgo (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002) foi convocada, por sua vez, com vistas a estabelecer um plano de implementação que acelerasse e fortalecesse a aplicação dos princípios aprovados no Rio de Janeiro. A década que separa as duas conferências confirmou o diagnóstico feito em 1992 e a dificuldade em se implementar suas recomendações.

Em seguida, o encontro mundial nas Ilhas Maurício para a revisão do Programa de Barbados das Nações Unidas (2005) teve como propósito debater um grande número de recomendações ambientais a serem implementadas em suas respectivas áreas, tais como:

A Estratégia de Maurício aborda questões como as mudanças climáticas e a elevação do nível do mar; desastres naturais e ambientais; gestão de resíduos; recursos costeiros, marítimos, de água doce, terrestres, energéticos, turísticos e de biodiversidade; transporte e comunicação; ciência e tecnologia; globalização e liberação do comércio; produção e consumo sustentável; desenvolvimento de capacidade e educação para o desenvolvimento sustentável; saúde; cultura; gestão do conhecimento e da informação para tomada de decisão. (A ONU E O MEIO AMBIENTE, 2017).

Logo depois, houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou RIO+20 (2012), uma das mais recentes conferências mundiais sobre o meio ambiente, que produziu em adição o conceito de “Economia Verde” para alcançar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, além de definir o papel das instituições nesse processo. Eis seu objetivo:

O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. (COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO RIO+20, 2011).

Contudo, não foi possível chegar aos resultados esperados, porque houve impasse entre os países-membros na formulação do documento final, fato esse que prejudicou a criação de medidas práticas para proteger o meio ambiente.

Deve-se registrar, ainda, que houve durante todo o período de contextualização ambiental internacional a realização de outras tantas publicações, programas,

reuniões, encontros, convenções, conferências, protocolos, congressos, seminários, declarações, entre outros, que não menos importantes foram para contribuir com o desenvolvimento dos estudos e análises da preocupação com a natureza. Não obstante, nota-se que indiretamente, e, em distintas oportunidades, discutiu-se o tema meio ambiente como fator relacionado de causa ou consequência.

Portanto, e em razão do que foi apresentado, mesmo que muitas conferências internacionais das Nações Unidas não tenham inovado com a elaboração de novas metas e objetivos a serem seguidos pelos entes estatais, estas em si continuam a ser vitais para o desenvolvimento sustentável, pois, como se sabe, é por meio desses encontros que se discute e se analisa o meio ambiente em nível global, isto é, governança global, produzindo tratados de conservação e preservação da fauna e flora, dos resíduos perigosos e substâncias tóxicas, controle de qualidade, entre outros e adotando políticas públicas nacionais coerentes, enfatizando a necessidade de mudanças na sociedade de consumo e produção.

Desta forma, conclui-se que, ao percorrer pela evolução das Nações Unidas como órgão articulador da agenda internacional, e analisada sua influência como ator decisivo na disseminação da questão ambiental global através da construção temporal de conferências e acordos mais relevantes da história mundial, percebe-se o quão extenso e atrasado foi o processo de reconhecimento pelos atores do sistema internacional acerca da preocupação com os recursos naturais e da ideia de desenvolvimento sustentável. Notou-se, ainda, que a natureza era apenas matéria-prima para o desenvolvimento econômico, industrial e de consumo, não sendo relevante para a humanidade, fato que atualmente mudou, por meio, inclusive, dos esforços internacionais.

Por fim, é preciso registrar brevemente que eventos paralelos às conferências têm contribuído, da mesma forma, na fundamentação para a construção e articulação da cooperação internacional, políticas públicas nacionais e apresentação de novos temas relevantes. As organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais, isto é, a sociedade civil organizada, também têm sua importância, pois contribuem para o desenrolar do progresso e implementação das metas e objetivos sustentáveis por intermédio de pressões exercidas sobre as instituições.

2. A Declaração do Milênio

A declaração do milênio é um trabalho resultante da instituição das Nações Unidas como disseminadora da cooperação para o desenvolvimento, fato que enaltece a importância deste órgão para com o desenvolvimento humano e ambiental.

O desenrolar das discussões e a dedicação da comunidade internacional com o desenvolvimento humano demonstram que o progresso humano foi promovido sempre de forma diferente e de maneira pouco pontual, obtendo resultados insatisfatórios. Na atualidade, por outro lado, adotam-se estratégias multilaterais novas, como, por exemplo, as políticas desenhadas para pontos específicos em situação crítica, como é o caso do programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os relatos históricos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio remontam ainda ao período pós Segunda Guerra Mundial, pois nessa época os países que polarizavam o mundo eram os responsáveis por financiar o desenvolvimento estatal das nações em processo de crescimento e desenvolvimento econômico, como pode ser visto abaixo:

(...) No período da Guerra Fria, a ajuda dos países que disputavam a hegemonia política e econômica mundial tinha papel de “moeda de troca” para atrair países em desenvolvimento para um dos dois lados. (...). (CARVALHO E BARCELLOS, 2014, p. 223).

Ainda segundo Carvalho e Barcellos (2014), nos anos 80, com a decadência da polarização, há também uma severa diminuição do auxílio financeiro por parte dos países desenvolvidos aos menos favorecidos, visto que não se fazia mais necessário impor suas formas características de organização social e econômica. Logo, a comunidade internacional supôs que a solução para alavancar o crescimento das economias atrasadas e promover o desenvolvimento humano seria através da implementação da política econômica de cunho liberal no mundo, fato que não foi suficiente para gerar a expansão econômica.

Em consequência disso, com o fim da guerra fria e o fim definitivo da polarização, houve expressivos cortes de orçamento nos órgãos e comitês oficiais, feito que abalou o futuro do desenvolvimento de muitos Estados economicamente

dependentes. Por causa disso, e de olho na caótica situação, a União Europeia montou um grupo de trabalho para avaliar o futuro do desenvolvimento.

No ano de 1996, e em decorrência dos debates do grupo de trabalho europeu, elaborou-se o documento “Shaping the 21th Century: The Contribution of Development Cooperation”, cuja finalidade era: “(...) fixava objetivos e metas (a maioria para 2015) divididos em três áreas: bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental e regeneração” (Carvalho e Barcellos, 2014, p. 223). A propósito, esse documento foi o precursor direto do que viria a ser os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Em 2000, após o lançamento do documento “We the peoples: the Role of the United Nations in the 21th Century”, de Kofi Annan, a preocupação geral se configurou no tema de erradicação da pobreza e isso representou uma mudança de foco, porque “agora desenvolvimento é sinônimo de erradicação (ou diminuição) da pobreza” (Carvalho e Barcellos, 2014, p. 224). Apud; HULME, 2007, p.8.).

No mesmo ano, conforme Carvalho e Barcellos (2014) realizou-se também a chamada “Cúpula do Milênio”, que serviu de base para o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Contudo, a Assembleia Geral das Nações Unidas se comprometeu de fato com o projeto posteriormente à edição do documento “Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration” (2001), e assim, durante a 56ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovada a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (A/RES/55/2) com o quórum de 189 países e 23 organismos internacionais.

Foi também significativo o papel do FMI e da OECD para a eclosão do programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

Em 2000, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OECD e o Banco Mundial, juntos com a ONU, haviam divulgado o documento “A Better World for All” (FMI, OECD, UN, WB, 2000), que pode ser considerado uma prévia dos ODM. (CARVALHO E BARCELLOS, 2014, p. 224).

Em virtude da aprovação da Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, as Nações Unidas iniciaram campanhas publicitárias para promover e convidar o apoio e o suporte da população civil global. Ademais, estabeleceram o desenvolvimento do projeto, ou seja, do plano de ação para alcançar os objetivos, de

forma sustentável, e reverter a situação de pobreza, fome e doenças que afetam bilhões de pessoas.

Entretanto, foi somente após o líder do grupo de trabalho do plano de ação, o Professor Doutor Jeffrey Sachs, entregar as recomendações para o Secretário-Geral da ONU no volume "Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals", e durante o Comitê Mundial (2005) (A/RES/60/1), que os 170 chefes de Estado e de Governo discutiram as propostas atingíveis do plano de ação, dando o pontapé no programa.

É preciso mencionar ainda que houve uma transformação nos procedimentos da administração pública, devido ao apelo das Nações Unidas, segundo a pesquisa estatística de dados para a implementação dos ODM.

Em 1992 foi publicado, com grande repercussão, o livro *Reinventing Government* de Osborne e Gaebler, que propõe que agências de governo adotem a lógica do setor privado de mensurar de forma direta seus objetivos e metas. O foco passa a ser "identificar e continuamente monitorar objetivos, metas e indicadores" (Hulme, 2010, p. 2). Os objetivos, metas e indicadores deveriam ser SMART - Stretching, Measurable, Agreed, Realistic and Time-limited, portanto, elásticos, mensuráveis, acordados, realistas e delimitados no tempo. (Carvalho e Barcellos, 2014, p. 224).

Por todos esses aspectos, conforme Carvalho e Barcellos (2014), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), como projeto social com metas mensuráveis, transmitiram a importância de se fazer produzir dados estatísticos nos Estados em desenvolvimento, explicando a utilidade das informações para o desenvolvimento de diretrizes direcionadas para o melhor aproveitamento dos recursos. Este foi, desde logo, um legado do programa para com a comunidade global, fato que reformulou a concepção sobre desenvolvimento humano, quer dizer, transformou as questões de cooperação para o desenvolvimento.

2.1 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A ideia de sustentabilidade ambiental é aspecto fundamental para uma construção responsável da sociedade global, por isso se faz necessário repensar as atividades que estão destruindo o meio ambiente e que se apresentam como ameaça ao bem-estar das gerações futuras da espécie humana. Por esse motivo, a concepção

de sustentabilidade foi também situada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Segundo a obra de Sachs 2012, p. 2206, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgem para trabalhar questões críticas da sociedade humana global:

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um marco histórico e um método efetivo da mobilização global para alcançar importantes prioridades sociais mundiais. O programa expressa a preocupação pública generalizada sobre a pobreza, a fome, a doença, a escolaridade não atendida, a desigualdade de gênero e a degradação ambiental, empacotando essas prioridades em um conjunto harmonioso de 8 objetivos e estabelecendo objetivos mensuráveis e de tempo. Os ODM ajudam também a promover a conscientização pública, métricas melhoradas, feedback social e as pressões públicas.

O programa multilateral dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ou Objetivos Globais, orientou as prioridades do desenvolvimento global por quinze anos (2000-2015) para enfrentar desafios que afetam a humanidade. Assim, o programa impulsionou a redução da extrema pobreza mundial como principal prioridade para libertar toda humanidade da carência e miséria, reduzindo as desigualdades, a exclusão social e prevenindo a deterioração do meio ambiente. Isto é desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano se caracteriza por:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.(...) A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, O que é desenvolvimento Humano)

Nota-se, ainda, que desenvolvimento humano é justiça, pois fatores como o conhecimento, padrão decente de vida e uma vida longa e saudável são condições indispensáveis para a completa formação do indivíduo. Além disso, direitos, tais como direitos humanos, desenvolvimento sustentável e a participação na vida política e comunitária, também são imprescindíveis para resguardar as circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento humano, conforme apresentado abaixo:

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente. (ATLAS, Desenvolvimento Humano, 2013).

Os objetivos e metas acertados na Declaração do Milênio, como fruto da cooperação internacional, têm justamente como finalidade tornar o mundo mais justo, por meio do emprego de políticas de nível macro para alcançar a melhor distribuição dos recursos existentes e fornecer dignidade e perspectiva de vida para todos os seres humanos, ou seja, o programa buscava, e desde logo diz-se que conseguiu, transformar o processo de cooperação para o desenvolvimento.

No que tange aos objetivos, como o que se pretende alcançar, bem como as metas, como termos quantitativos e prazos determinados para se alcançar, e os indicadores, como métricos essenciais para o controle do desempenho das metas para o acompanhamento dos trabalhos, o programa dos ODM ficou caracterizado assim:

São oito os objetivos do milênio, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores. (...) A relação inicial sofreu duas modificações desde sua formulação no Road Map. Em 2007, em função das resoluções do World Summit de 2005 (UN, 2005) e das recomendações do Secretário-Geral, quatro novas metas foram incluídas. (Carvalho e Barcellos (2014). (P.224).
Em 2008 a linha de pobreza foi revista, passando de US\$1,00 dólar dia em paridade de poder de compra (ppp) para US\$1,25 ppp, em função de estudos feitos pelo Banco Mundial. (CARVALHO E BARCELLOS 2014, p. 225). Apud; RAVILLION; CHEN; SANGRAULA, 2008).

No mais, segue, em anexo, a lista completa com os objetivos, metas e indicadores do Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conforme o International Press Institute (2013).

2.2 Objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental: Água potável e Esgotamento Sanitário (7.C)

O desenvolvimento humano está relacionado ao meio ambiente, visto que o desequilíbrio do ecossistema é fator essencial para o colapso da vida humana. Assim sendo, o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio trouxe a garantia da sustentabilidade ambiental para o objetivo 7.

As 4 metas estabelecidas para o objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental foram definidas como: “(...) duas relativas à proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, e duas relacionadas ao acesso à água potável e ao saneamento básico, e à melhoria das condições de vida da população urbana em assentamentos precários” (IPEA, p.100, 2014).

Precisamente, e assim como abordado na lista completa dos objetivos, metas e indicadores, as 4 metas ficaram definidas de tal forma:

A primeira “Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais”. (...) A meta seguinte, 7.B, é reduzir a perda da biodiversidade alcançando, em 2010, uma redução significativa da taxa de perda. (...) A meta 7.C é diminuir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico. (...) A última meta é alcançar até 2020 uma significativa melhoria na vida de pelo menos 100 milhões de moradores em favelas. (CARVALHO E BARCELLOS, 2014, p. 230 e 231).

O artigo de Carvalho e Barcellos (2014) explica, ainda, que o sétimo objetivo é caracterizado como “Impreciso”, visto que suas metas são pouco esclarecidas e sem prazos, além de muito abrangentes e mal explicadas, tornando-se confusas e ambiciosas.

Contudo, o quinto relatório nacional de acompanhamento do governo brasileiro esclarece que a meta de água potável e saneamento básico (7.C) “é a única que possui um critério objetivo e mensurável para determinar seu alcance” (IPEA, p.100, 2014). Portanto, em razão da disparidade de entendimentos sobre as metas do objetivo 7, o presente trabalho analisará a meta com melhores chances de análise, sendo esta a meta (7.C).

A meta de “diminuir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico” de Carvalho e Barcellos 2014, p. 231, ou meta (7.C), possui dois importantes indicadores que cumprem a missão de apontar em números, as múltiplas dimensões do contexto socioeconômico de cada país e permitem monitorar o desempenho dos países em busca do alcance da meta.

Isto posto, eis os indicadores universais, de acordo com a International Press Institute (2013): (7.8) “proporção da população com acesso permanente a fontes de água potável melhoradas” e (7.9) “proporção da população com acesso permanente a instalações sanitárias melhoradas”.

Considerando o texto de Hutton e Jamie (2008), os indicadores demonstram a complexidade da meta, tendo em vista que ampliar o acesso a água potável e esgotamento sanitário sustentável para as populações urbanas e rurais, nos níveis regional, nacional e global, não é tarefa simples, barata e de rápida implementação, ainda mais se se considerar a elaboração da tecnologia a ser empregada, a infraestrutura, as operações, as questões administrativas e a manutenção da rede de abastecimento de água e de esgoto para o alcance da cobertura universal. A propósito, os custos da meta dos ODM de água e saneamento evidenciaram, de fato, custos exorbitantes de financiamento que não foram acompanhados pelo financiamento dos recursos em nível global.

Conclui-se que o capítulo I, como capítulo introdutório, teve como finalidade demonstrar o contorno histórico internacional do tema meio ambiente que, como visto, ganhou relevância após ser amplamente debatido no âmbito das Nações Unidas. Além disso, nesse primeiro capítulo, discutiu-se o processo de constituição da Declaração do Milênio, bem como o surgimento do programa que transformou as questões de cooperação para o desenvolvimento, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), juntamente com a explicação da meta (7.C), cujo propósito fundamenta a existência deste trabalho.

O capítulo seguinte se debruçará sobre os relatórios nacionais de implementação dos Estados do Brasil e da Colômbia no intuito de oferecer uma análise clara a respeito dos processos utilizados e os resultados obtidos pelo comprometimento nacional para com a implementação do objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental, acesso à água potável e ao saneamento básico, do programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO DE GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – NO BRASIL E NA COLÔMBIA

O segundo capítulo deste trabalho tem como prerrogativa analisar a meta de garantia da sustentabilidade ambiental sobre o abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Brasil e Colômbia, comparando os resultados obtidos durante os quinze anos de programa, a partir do estudo dos relatórios de acompanhamento nacional. Por fim, pretende-se concluir se a meta fora devidamente alcançada, destacando eventuais problemas encontrados nos relatórios nacionais e suas diferenças.

É interessante ressaltar que os relatórios anuais dos dois países em questão estão posicionados em anos diferentes, mas não de forma que atrapalhe a investigação deste trabalho, pois a divergência de um ano para cada relatório afeta muito pouco, ou nada, a comparação histórica da implementação durante o passar dos anos, afinal ainda será possível observar as melhorias da meta avaliada. No mais, o último relatório de ambos países a serem analisados estão posicionados na mesma conjuntura, efeito que comprova o perfeito diagnóstico do resultado final.

Destaca-se ainda que a investigação do Estado brasileiro será feita de modo a abranger os relatórios dos anos 2004, 2005, 2007, 2010 e 2014; do Estado colombiano, segue com a relação 2005, 2008, 2011 e 2014. Além do mais, este capítulo se organizará de maneira prática, isto é, serão investigados os relatórios dos países avaliados considerando seus anos similares e sempre de forma crescente.

Os relatórios de acompanhamento nacional da República Federativa do Brasil foram elaborados por grupo técnico capacitado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que foram os órgãos escolhidos pelo governo para obter o levantamento de dados sobre a implementação do programa dos Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

No que concerne os relatórios de acompanhamento nacional da República da Colômbia, a elaboração do material ficou incumbida pelos órgãos “Departamento Nacional de Planeación” (DNP) e pela “ Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe” (CEPAL) com o apoio do “Programa de Las Naciones Unidas Para El Desarrollo”.

Relembre-se, ainda, que o trabalho visa ao estudo de garantia da sustentabilidade ambiental, especificamente a diminuição, pela metade, até 2015, da proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e ao saneamento básico. Além disso, destacam-se os dois indicadores universais, quer dizer, os indicadores fixados pelas Nações Unidas de “proporção da população com acesso permanente a fontes de água potável melhoradas” (7.8) e “proporção da população com acesso permanente a instalações sanitárias melhoradas” (7.9), bem como os indicadores nacionais de cada Estado, como no caso brasileiro de acompanhamento dos níveis regionais e da desigualdade racial, e na Colômbia, da mesma forma, com o acompanhamento dos níveis regionais. Aliás, os níveis socioeconômicos também são levados em consideração, vez ou outra, mas sem enfoque.

A importância em torno do estudo analítico do tema de acesso à água potável e saneamento sanitário é fundamental para que os serviços públicos sejam alcançados e para que ocorra o desenvolvimento humano, pois, por intermédio do simples acesso aos serviços hídrico, os riscos de saúde diminuem, melhoram a qualidade de vida da população, fomentam a economia e auxiliam a conservar a natureza. Política de gestão de água e esgoto é a base para o amplo desenvolvimento social e econômico; por esse motivo, deve ser debatida e estudada, assim como este trabalho o faz. No restante, e em consonância com a normativa brasileira, considera-se o conceito de saneamento básico, ou seja, abastecimento de água e esgotamento sanitário, como:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Art 3º)

3. Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios dos anos 2004 e 2005

3.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2004

Conforme o relatório nacional de acompanhamento da República Federativa do Brasil (2004), o texto expõe que o Brasil é o detentor de 13,7% de toda água doce superficial do mundo, contudo, e mesmo assim, devido à má distribuição do recurso pelos órgãos responsáveis, bem como pela inadequada qualidade da água por falta de tratamento adequado e mediante aos desperdícios estruturais e ou individuais, a cobertura se fazia insuficiente.

O relatório da República Federativa do Brasil (2004) inicialmente coloca que a base de dados tem como ponto inicial o ano de 1992, e, em seguida, explica que houve uma ampliação da rede geral de abastecimento de água em nível urbano e rural, sendo que o urbano saltou de 88,3%, em 1992, para 91,3%, em 2002, enquanto a cobertura rural aumentou de 12,3%, em 1992, para 22,7%, em 2002.

No que diz respeito à cobertura de poços e nascentes como outro tipo de abastecimento de água, os quais cobrem mais as áreas rurais, houve a transição de 76,2%, em 1992, para 80,06%, em 2002. Aliás, o trabalho aborda de maneira limitada a situação do esgoto no Brasil, e se limita a dizer que “só um terço do esgoto coletado recebe tratamento” (P.72). Segue a tabela abaixo:

Brasil* - Percentual de moradores em domicílios particulares com abastecimento de água em relação à população total, por tipo de abastecimento e situação de domicílio

| Ano | Tipo de abastecimento de água | | |
|---------------|-------------------------------|------------------|------------|
| | Rede Geral | Poço ou nascente | Outro tipo |
| Urbana | | | |
| 1992 | 88,3 | 7,7 | 4,0 |
| 1993 | 89,0 | 7,4 | 3,5 |
| 1995 | 89,8 | 7,1 | 3,1 |
| 1996 | 90,6 | 7,3 | 2,1 |
| 1997 | 90,6 | 6,7 | 2,7 |
| 1998 | 91,4 | 6,3 | 2,3 |
| 1999 | 91,9 | 6,2 | 1,9 |
| 2001 | 91,0 | 6,9 | 2,1 |
| 2002 | 91,3 | 7,0 | 1,7 |
| Rural | | | |
| 1992 | 12,3 | 63,9 | 23,7 |
| 1993 | 14,2 | 61,6 | 24,2 |
| 1995 | 16,7 | 61,6 | 21,7 |
| 1996 | 19,9 | 61,3 | 18,8 |
| 1997 | 19,6 | 60,4 | 19,9 |
| 1998 | 22,2 | 55,2 | 22,6 |
| 1999 | 25,0 | 55,0 | 20,0 |
| 2001 | 20,9 | 58,4 | 20,6 |
| 2002 | 22,7 | 57,9 | 19,4 |

*Exclusiva a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Não houve pesquisa em 2004 e 2000
 Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2002

3.2 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2005

O segundo relatório nacional de acompanhamento da República Federativa do Brasil (2005) traz informações e explicações sobre a variedade de redes de abastecimento existentes. A principal mudança na pesquisa de acesso à água para com o primeiro relatório é que este considera a diferença entre “canalização interna” e “sem canalização interna” na apresentação do material, fato que não acontecia antes. Sem muita alteração quanto aos dados do primeiro relatório, concebe-se apenas o ano de 2003 para continuidade com a linha de processo evolutivo. Eis os dados:

Nas áreas urbanas, o percentual da população abastecida por água canalizada de rede geral no interior do domicílio passou de 82,3% em 1992 para 88,8% em 2003. Se somarmos ainda a população atendida por rede geral canalizada para a propriedade, o nível de acesso da população urbana à água potável sobe para 91,4%. Na zona rural, embora a proporção da população abastecida por rede geral, com ou sem canalização interna, tenha aumentado de 12,3% em 1992 para 25,7% em 2003, o percentual de cobertura ainda é bem inferior ao das áreas urbanas. Mas, se também considerarmos como adequado para as áreas rurais o abastecimento de água por poço ou nascente, os serviços de água em 2003 passam a alcançar quase 81% da população rural. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2005, p.156).

TABELA 3 • Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes com abastecimento de água, por tipo de abastecimento de água e situação do domicílio – Brasil, 1992 a 2003

| Ano | Rede geral | | | Poço ou nascente | | | Outro tipo | Sem declaração |
|---------------|-------------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------------------------|-------|------------|----------------|
| | Com canalização interna | Sem canalização interna | Total | Com canalização interna | Sem canalização interna | Total | | |
| Urbana | | | | | | | | |
| 1992 | 82,3 | 6,0 | 88,3 | 3,9 | 3,8 | 7,7 | 4,0 | 0,0 |
| 1993 | 83,1 | 6,0 | 89,1 | 4,0 | 3,4 | 7,4 | 3,5 | 0,0 |
| 1995 | 84,6 | 5,2 | 89,8 | 4,1 | 3,0 | 7,1 | 3,0 | 0,0 |
| 1996 | 87,1 | 3,5 | 90,6 | 4,2 | 3,0 | 7,3 | 2,1 | 0,0 |
| 1997 | 86,6 | 4,0 | 90,6 | 4,2 | 2,5 | 6,7 | 2,7 | 0,0 |
| 1998 | 87,8 | 3,6 | 91,4 | 4,2 | 2,1 | 6,3 | 2,3 | 0,0 |
| 1999 | 88,5 | 3,4 | 91,9 | 4,2 | 2,0 | 6,2 | 1,9 | 0,0 |
| 2001 | 86,7 | 3,2 | 89,9 | 4,8 | 3,3 | 8,0 | 2,1 | 0,0 |
| 2002 | 88,6 | 2,8 | 91,4 | 5,1 | 1,9 | 7,0 | 1,6 | 0,0 |
| 2003 | 88,8 | 2,6 | 91,4 | 5,0 | 1,9 | 6,9 | 1,6 | 0,0 |
| Rural | | | | | | | | |
| 1992 | 9,1 | 3,3 | 12,3 | 26,0 | 37,8 | 63,9 | 23,7 | 0,1 |
| 1993 | 9,6 | 4,7 | 14,2 | 26,2 | 35,4 | 61,6 | 24,2 | 0,0 |
| 1995 | 12,4 | 5,6 | 18,0 | 30,2 | 23,1 | 53,2 | 23,2 | 5,6 |
| 1996 | 15,8 | 4,2 | 20,0 | 28,6 | 32,6 | 61,3 | 18,7 | 0,0 |
| 1997 | 17,5 | 5,9 | 23,5 | 35,6 | 17,2 | 52,8 | 23,8 | 0,0 |
| 1998 | 16,9 | 5,4 | 22,3 | 29,8 | 25,4 | 55,2 | 22,6 | 0,0 |
| 1999 | 19,1 | 3,2 | 22,3 | 30,8 | 16,3 | 47,1 | 21,0 | 9,6 |
| 2001 | 15,5 | 5,4 | 20,9 | 33,1 | 25,4 | 58,5 | 20,6 | 0,0 |
| 2002 | 18,2 | 4,8 | 22,9 | 34,6 | 22,8 | 57,4 | 19,7 | 0,0 |
| 2003 | 19,6 | 6,1 | 25,7 | 34,4 | 20,9 | 55,2 | 19,1 | 0,0 |

Nota: 1. Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. 2. Não houve pesquisa em 1994 e 2000.
Fonte: IBGE-BME, com base em microdados do PNAD 1992 a 2003

Ressalta-se nesse relatório que a cobertura dos serviços de acesso à água potável varia mediante o nível social e a região avaliada, o que foi o caso das regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste, cuja cobertura é menor entre seus residentes. Contudo, salienta-se que a oferta insuficiente de água nas regiões mencionadas também é ocasionada por fatores como tempo e clima, fato que demanda políticas públicas direcionadas para a solução dos eventos, principalmente do semiárido.

O acesso ao esgotamento sanitário no Brasil é abordado, com mais cuidado, no trabalho do relatório da República Federativa do Brasil (2005), pois demonstra informações consistentes e expõe a dificuldade que se tem em universalizar o acesso do esgoto para todo o país. No relatório, a ampliação da rede de esgoto é tida como um grande desafio para os gestores de todos os níveis de governo. Aqui está a realidade à época:

Nas áreas urbanas, o percentual da população atendida por esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica aumentou de 65,9% em 1992 para 75,7% em 2003. Apesar do aumento da cobertura, o déficit de esgotamento sanitário ainda atinge cerca de 36 milhões de moradores nas cidades (...) nas áreas rurais, o percentual de cobertura por rede geral ou fossa séptica passou de 10,3% em 1992 para 17,2% em 2003. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2005, p.156).

TABELA 4 • Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes em relação à população total, por tipo de esgotamento sanitário e situação do domicílio – Brasil, 1992 a 2003

| Ano | Rede coletora | Fossa séptica | Fossa rudimentar | Vala | Direto para rio, lago ou mar | Outro tipo | Não tinham |
|---------------|---------------|---------------|------------------|------|------------------------------|------------|------------|
| Urbana | | | | | | | |
| 1992 | 45,5 | 20,4 | 22,9 | 2,0 | 2,5 | 0,3 | 6,2 |
| 1993 | 45,4 | 22,3 | 21,9 | 2,2 | 2,4 | 0,5 | 5,2 |
| 1995 | 46,0 | 22,4 | 22,1 | 1,9 | 2,5 | 0,5 | 4,6 |
| 1996 | 46,9 | 25,4 | 19,4 | 1,5 | 2,5 | 0,1 | 4,1 |
| 1997 | 47,6 | 24,0 | 20,1 | 1,7 | 2,5 | 0,1 | 3,9 |
| 1998 | 49,3 | 23,9 | 19,4 | 1,8 | 2,2 | 0,1 | 3,2 |
| 1999 | 50,6 | 23,2 | 19,6 | 1,6 | 2,0 | 0,1 | 3,0 |
| 2001 | 50,8 | 23,1 | 18,7 | 1,6 | 2,2 | 0,2 | 3,3 |
| 2002 | 51,6 | 23,3 | 18,1 | 1,6 | 2,4 | 0,1 | 2,9 |
| 2003 | 53,4 | 22,3 | 17,9 | 1,4 | 2,4 | 0,1 | 2,4 |
| Rural | | | | | | | |
| 1992 | 3,0 | 7,3 | 32,7 | 3,0 | 4,4 | 0,6 | 49,0 |
| 1993 | 3,1 | 8,1 | 34,1 | 3,4 | 4,1 | 1,0 | 46,3 |
| 1995 | 3,2 | 9,9 | 35,1 | 3,9 | 4,2 | 1,7 | 42,0 |
| 1996 | 3,5 | 13,8 | 35,5 | 3,9 | 3,7 | 0,4 | 39,1 |
| 1997 | 3,5 | 10,9 | 39,0 | 3,4 | 3,9 | 0,7 | 38,7 |
| 1998 | 4,5 | 10,3 | 39,9 | 4,0 | 4,6 | 0,5 | 36,3 |
| 1999 | 4,5 | 11,2 | 41,2 | 3,6 | 4,2 | 0,7 | 34,7 |
| 2001 | 3,1 | 10,6 | 40,5 | 4,7 | 4,1 | 0,8 | 36,2 |
| 2002 | 3,7 | 12,3 | 40,7 | 5,9 | 3,9 | 0,6 | 32,9 |
| 2003 | 3,7 | 13,5 | 42,9 | 5,9 | 3,7 | 0,8 | 29,6 |

Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-1992-2003

O trabalho esclarece que a cobertura do esgotamento sanitário, do mesmo modo que a questão do acesso à água potável, varia de acordo com o nível social e a região, sendo, mais uma vez, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com as piores médias de cobertura. Nos estados do Amapá e do Mato Grosso do Sul, 80% da população não tinham acesso ao esgoto adequado, a população urbana do Sudeste era coberta por 88%, enquanto a do Nordeste alcançava apenas 37% dos moradores.

São também apresentadas as desigualdades raciais no que se refere ao acesso à água e ao esgoto, caracterizando a estimativa de que, em 2003, cerca de 80,2% dos domicílios chefiados por brancos tinham o devido acesso a essas redes, enquanto nos domicílios chefiados por pretos ou pardos a porcentagem era de 61,2%.

No restante, o texto relembra a preocupante situação do esgotamento sanitário no Brasil e seus decorrentes problemas ao meio ambiente quando não são devidamente tratados:

Os dados não deixam dúvida quanto à gravidade da situação do esgotamento sanitário no país, ainda mais porque apenas um terço do esgoto coletado recebe algum tipo de tratamento, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, de 2000. Os problemas relativos à falta de esgotamento sanitário foram sentidos por 46% dos gestores municipais brasileiros, que apontaram a existência de esgoto a céu aberto como a principal alteração ambiental a afetar negativamente as condições de vida da população, segundo dados do Suplemento de Meio Ambiente da Munic, 2002. A ausência de tratamento de esgoto também foi apontada como a principal causa da poluição do recurso água (rios, lagos, lagoas, nascentes, açudes, represas, mares etc.) e da contaminação do solo, problemas que atingiram 38% e 33% dos municípios brasileiros, respectivamente. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2005, p.158).

As atividades e estratégias para ampliar a cobertura de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário pelo país também são sinalizadas nesse segundo relatório brasileiro através de um maior volume de investimentos na área. A estratégia adotada pelo órgão responsável, o Ministério das Cidades, em conjunto com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), estabeleceu quatro medidas de curto e médio prazo:

Aprovação do marco regulatório geral para o setor; retomada maciça dos investimentos em saneamento; qualificação do gasto em saneamento; e implementação de um conjunto de ações de capacitação e de desenvolvimento institucional envolvendo operadoras de saneamento,

Além da atuação do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), a FUNASA, ligada ao Ministério da Saúde, também agiu para atingir a cobertura universal por meio dos programas de Saneamento Rural e Saneamento Ambiental Urbano. Com atenção ao primeiro programa, o público alvo eram os residentes de áreas rurais de até 2500 habitantes e minorias étnico-raciais como assentamentos indígenas e quilombolas, enquanto que o segundo programa tinha como objetivo o apoio ao controle da qualidade da água para o consumo humano. Confira-se:

No biênio 2003-2004 as ações de saneamento junto às comunidades indígenas foram intensificadas, tendo sido executadas obras de abastecimento de água em 575 aldeias indígenas e ações de destino de dejetos em 282 aldeias, beneficiando cerca de 40 mil índios, ou seja, 10% da população indígena. (...). Quanto aos remanescentes de quilombos, um programa inédito teve início em 2004, tendo sido executadas ações de água e esgoto que deverão atender 7.400 famílias até o final de 2005. (...). Em 2004 e 2005 também foram desenvolvidas ações de saneamento em 88 comunidades de assentamentos rurais de projetos de reforma agrária, beneficiando aproximadamente 13.500 famílias. As ações de saneamento em reservas extrativistas se iniciaram em 2002, tendo sido executadas obras em 2003 e 2004 que beneficiaram cerca de 2.000 famílias. ” (...). Outras importantes ações sob a responsabilidade da FUNASA, dentro do Programa de Saneamento Ambiental Urbano (...) beneficiou 305 municípios em 2004, e à expansão da Fluoretação da Água para abastecimento público, em implantação em 700 sistemas públicos de abastecimento de água, localizados principalmente nos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, que apresentam os menores índices de oferta dos serviços. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2005, p.176).

Salienta-se que outros projetos foram, do mesmo modo, iniciados no ano de 2005 para atender uma maior parcela da população brasileira, fato que só será sentido nos próximos relatórios de acompanhamento. No mais, eis as submetas estabelecidas:

Para o período de 2003-2007, foram estabelecidas metas de abastecimento de água em 2.000 aldeias e obras voltadas para o destino adequado de dejetos em 2.500 aldeias, projetando-se a cobertura com serviços de abastecimento de água e de esgoto para 80% e 70% da população indígena, respectivamente, com um investimento três vezes superior à média histórica de recursos aplicados. (...). Em 2005, iniciou-se também a ação Saneamento nas Escolas – Água na Escola, que visa dotar as escolas rurais de serviços de abastecimento e instalações hidros sanitárias, com ações nos nove Estados da Região Nordeste, contemplando principalmente áreas do Semiárido. Nos casos em que essas escolas se encontrem em vilarejos e povoados, procura-se também atender a população residente no entorno da

Além da atuação dos Ministérios da Cidade e da Saúde, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente se engajaram, igualmente, nos esforços estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Assim, foi formulado o Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (CONVIVER) com o objetivo de reduzir as desigualdades socioeconômicas da área do semiárido, ao mesmo tempo que oferecia a infraestrutura para o fornecimento contínuo de água potável. Aliás, houve um programa complementar à época chamado de Água Infraestrutura que tinha o propósito parecido de ampliação da oferta de água na região castigada pela seca.

Outra ação importante para com a meta universal foi a construção de cisternas para o devido armazenamento de água, prevista no programa “Acesso à Alimentação” sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Segundo o relatório da República Federativa do Brasil (2005), “Essa ação permitiu a construção de 41 mil cisternas até dezembro de 2004, beneficiando mais de 175 mil pessoas.” (p.177). Por fim, os esforços feitos em 2003 e 2004 só teriam efeitos sobre os dois indicadores no médio prazo, devido à demora entre a autorização de contratos de financiamento e a efetiva entrada em operação das obras.

O relatório da República Federativa do Brasil (2005) conclui que a meta de universalização da água potável, caso fossem mantidos os contratos e as obras seguissem como acordadas pelo período de 20 anos, juntamente com o investimento de 178 bilhões de reais, seria viável o alcance da meta. Já no caso do esgotamento sanitário, o texto explica que haveria a possibilidade de um grande avanço da cobertura, mas deixa claro que essas estratégias não seriam suficientes para a universalização do acesso ao serviço, pois seria necessária a ampliação do financiamento.

Segundo o Relatório nacional de acompanhamento da república federativa do brasil (2005, p. 176):

A perspectiva de cumprimento da meta de saneamento ambiental está estritamente vinculada à continuidade e à ampliação dos investimentos do governo federal no setor e à superação de constrangimentos ao financiamento de Estados e municípios, principais agentes da política de saneamento.

3.3 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2005

Por seu turno, o Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio (2005), inicia o texto elucidando modificações institucionais estabelecidas em períodos anteriores ao comprometimento do país com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que tinham justamente como prerrogativa melhorar as dinâmicas do setor de água potável e saneamento básico, ou seja, dos serviços públicos nacionais. É possível observar tais mudanças na Constituição colombiana de 1991, especificamente na Lei 142/1994.

Segundo o texto, a meta de “diminuir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico” se fazia alcançável, até porque, em vista do esquema descentralizado de gestão do setor, os municípios eram responsáveis por assegurar a prestação dos serviços, acompanhados pelo setor privado, e sempre respeitando os regulamentos já estabelecidos pela “Comisión de Regulación del sector” (CRA) e a atribuição de funções de monitoramento e controle da “Superintendencia de Servicios Públicos Domiciliarios” (SSPD).

De acordo com o Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio (2005), com a implementação da lei, ainda no início da década passada, houve o aumento da cobertura e da qualidade dos serviços públicos, bem como dos ajustes tarifários e financeiros. Entretanto, o texto deixa claro que existia espaço para “a maior consolidação do sistema com a ampliação do controle e regulação, orientando as transferências e racionalizando o sistema de subsídios para adequar a estrutura empresarial do setor” (p.178).

Ademais, se expõe que, nas cidades de grande porte, os serviços públicos já se encontravam quase que consolidados, enquanto que em cidades intermediárias e municípios a situação era outra, ou seja, os esquemas institucionais e financeiros adotados não eram suficientes para gerar o alcance universal da cobertura dos serviços públicos. Aliás, o setor rural era o setor que se encontrava com o pior nível de cobertura do país.

Menciona-se no texto que a base de dados traz informações a partir do ano de 1993, e que, segundo os dados obtidos até o ano de 2005, a meta de acesso à água potável para o setor urbano já havia sido cumprida. Contudo, houve o comprometimento do governo colombiano com a ampliação da rede, mediante ao

rápido crescimento da população urbana, junto com o esforço para ampliar o acesso do serviço público no setor rural. Para lograr êxito, seguiram-se como estratégia os seguintes passos:

(...) é imperativo para aumentar a eficiência no uso dos recursos alocados para o setor, transformando os mecanismos de transferências para as regiões, melhorando a eficácia dos programas administrados pelo “Ministerio de Ambiente”, “Vivienda y Desarrollo Territorial”, programas de desenvolvimento territorial, consolidando a nova regulamentação emitida pela CRA mais exigente em termos de eficiência e, finalmente, fortalecendo os mecanismos de controle e monitorização SSPD e cidadãos. (HACIA UNA COLOMBIA EQUITATIVA E INCLUYENTE - INFORME DE COLOMBIA - OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO. 2005, p.178).

No que tange aos diagnósticos em relação à conjuntura do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário na Colômbia, e conforme do documento Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio (2005), é possível observar que as metas em nível agregado já haviam sido alcançadas, ou quase isso, pelo menos quando analisado o acesso à água e ao esgoto na zona urbana. Contudo, a zona rural apresentava dados menos animadores, demonstrando a dificuldade em se ampliar a cobertura de ambos serviços públicos pelo interior do país. Aqui está a realidade à época:

Entre 1993 e 2003, a cobertura da população com abastecimento de água em áreas urbanas aumento 94,6 para 97,4%, o que indica que o objetivo a nível agregado foi atingido, e que o resto para 2015 é para sustentar uma taxa de crescimento de serviço que mantém o indicador acima da meta, considerando o crescimento populacional. Na cobertura de esgoto aumentou 81,8 para 90,2%, com um atraso de menos de um ponto percentual na frente da meta (...). Quanto ao serviço de água em áreas rurais, a cobertura avançou 24 pontos percentuais nos últimos dez anos. Cobertura corrente é de 66%, incluindo soluções não convencionais, o que significa que, para alcançar o objetivo, tendo em conta o crescimento da população projetada, é necessário prolongar o serviço para cerca de 2,3 milhões de habitantes adicionais. A cobertura de saneamento rural em 1993 foi de 51% e em 2003 chegou a 57,9%. O objetivo é 70,9% em 2015, o que implica satisfazer as necessidades de cerca de 1,9 milhões de novos habitantes. (HACIA UNA COLOMBIA EQUITATIVA E INCLUYENTE - INFORME DE COLOMBIA - OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO. 2005, p.178 e 179).

| Sector | 1993 % | 2003 % | Meta 2015 | Nueva población a atender 2004-2015 (millones de personas) |
|--------------------|-----------|-----------|--------------|---|
| Urbano | | | | |
| Acueducto | 94,6 | 97,4 | 99,4 | 7,7 |
| Alcantarillado | 81,8 | 90,2 | 97,6 | 9,2 |
| Rural* | | | | |
| Acueducto | 41,4 | 66,0 | 81,6 | 2,3 |
| Saneamiento básico | 51,0 | 57,9 | 70,9 | 1,9 |

* Incluye soluciones no convencionales tanto para acueducto (acueducto comunal o veredal o pila pública o pozo sin bomba, jaguey o pozo con bomba) como para alcantarillado (inodoro conectado a pozo séptico o letrina).

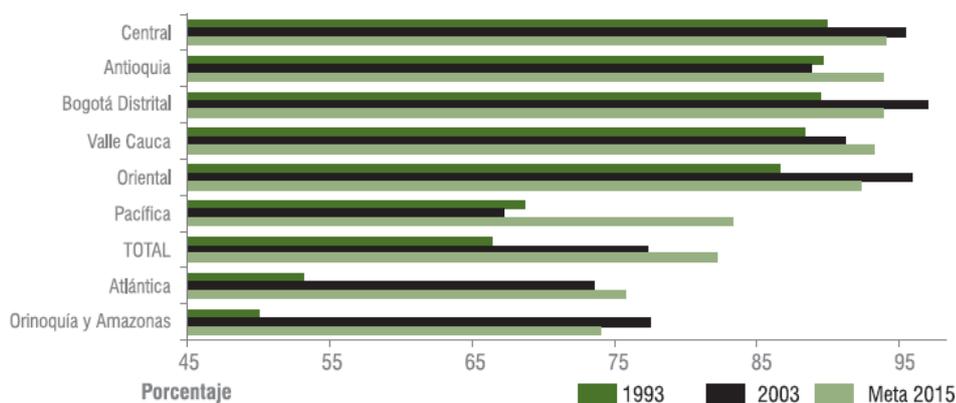
Fuente: Dane, cálculos: DDDUPA- DNP, 1993: Censo 1993/ 2003: ECV-2003.

Segundo Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio (2005), a situação regional do país mostrava disparidades nas coberturas de água potável e esgotamento sanitário. Para o texto, houve uma grande evolução da cobertura de água nas áreas urbanas de Antioquia, Bogotá, e nas regiões Centrais e Atlânticas. Porém, e ao mesmo tempo, o contexto nas regiões Pacífica, Oriental e em Orinoquia-Amazônia apresentava menores progressos. A propósito, o Valle del Cauca era o único local na Colômbia com dados claros de regresso da cobertura.

No que se refere à cobertura de esgoto, os destaques à época eram para as regiões de Bogotá, Central e Oriental, enquanto que os piores índices eram observados nas regiões Atlântica e Pacífica e em Orinoquia-Amazônia.

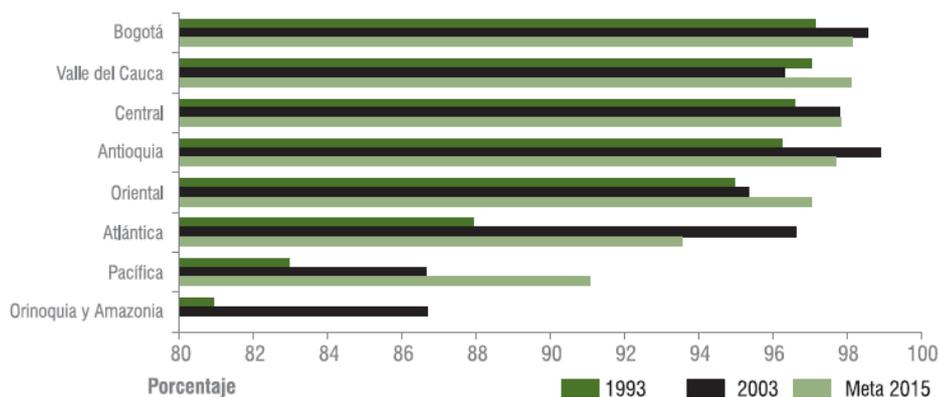
Eles cumpriram a meta: Bogotá, e as regiões central e oriental, e Orinoquia-amazônia. No entanto, as regiões do Atlântico, Pacífico e Orinoquia-Amazônia eram mantidas mal frente a média nacional. As informações revelam retrocesso em Antioquia e a região do Pacífico. (HACIA UNA COLOMBIA EQUITATIVA E INCLUYENTE - INFORME DE COLOMBIA - OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO. 2005, p.179).

GRÁFICO 7.6 COBERTURAS URBANAS DE ALCANTARILLADO POR REGIONES



Fuente: Cálculos: DNP/DDUPA a partir del Censo 1993/ECV, 2003. Dane.

GRÁFICO 7.5 COBERTURAS URBANAS DE ACUEDUCTO POR REGIONES



Fuente: Cálculos: DNP/DDUPA a partir del censo 1993/ECV, 2003. Dane.

Ressaltem-se, ainda, outras condições estruturais que deveriam ser resolvidas para que a meta de garantia da sustentabilidade ambiental nos quesitos de água potável e saneamento básico fossem devidamente garantidas, quais sejam: “(...) a heterogeneidade da qualidade da água fornecida, a disponibilidade e sustentabilidade dos recursos hídricos, as fontes de ineficiência e ineficácia da gestão e o particular atraso no setor rural.” (Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio. 2005, p.179).

No mais, as políticas e programas adotados pelo governo colombiano para a ampliação da cobertura, quer dizer, as estratégias adotadas, seguiram o “Plan nacional de desarrollo Hacia um Estado comunitario”, que tinha como ações:

Proporcionar o acesso a população de baixa renda serviços de água, esgoto e de higiene; Incentivar a eficiência dos prestadores de serviços públicos e apoiar a responsabilidade Municipal para garantir sua prestação eficiente; Criar empresas regionais que permitam obter economias de escala; Fomentar, em municípios e localidades com menos de 5.000 habitantes, a participação de microempresas de base comunitária de caráter local ou regional, para que possam responder a demanda efetiva do consumidor, recuperar os seus custos de investimento e operação com altos índices de eficiência através de uma estratégia combinada de treinamento e assistência; Proteger as fontes de água, e os ecossistemas em que eles se encontram. (HACIA UNA COLOMBIA EQUITATIVA E INCLUYENTE - INFORME DE COLOMBIA - OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO. 2005, p.181).

A propósito, era possível enxergar as estratégias do “Plan nacional de desarrollo Hacia um Estado comunitario” nos programas nacionais, tais como nos Programas de Modernização Empresarial (PME), no Programa de Fortalecimento Empresarial e no Programa de Empresas Comunitárias no Âmbito Local.

A partir do “Plan nacional de desarrollo Hacia um Estado comunitario”, o “Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo territorial” (MAVDT) foi a única entidade pública responsável pela viabilização e financiamento dos projetos de água potável e saneamento básico, o que visava assegurar um processo de revisão adequada, tendo o MAVDT desenvolvido guia para elegibilidade e viabilidade que incluía múltiplas análises, como a financeira, institucional, ambiental e técnica. Deve-se considerar também a regulamentação do governo que atuava sobre o setor, entre essas cabe destacar novamente o CRA e o SSPD.

De forma geral, a política de investimento do país para o setor era orientada para promover o fortalecimento da capacidade institucional das entidades prestadoras de serviço, bem como dos investimentos físicos. Aliás, em relação à alocação dos recursos, aliadas às transferências para as autoridades locais levadas ao setor, o “Plan nacional de desarrollo Hacia um Estado comunitario” incorporou investimentos regionais por setores, com a função de financiar a execução de projetos de investimentos de ordem regional, com prioridades para os setores de água potável e saneamento básico.

Desses recursos, distribuídos por departamento para projetos identificados em audiências públicas, se priorizaram 365,337 milhões de pesos para a água potável e saneamento básico, que beneficiam cerca de 320 municípios. (HACIA UNA COLOMBIA EQUITATIVA E INCLUYENTE - INFORME DE COLOMBIA - OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO. 2005, p.182).

O texto aponta, entretanto, que o cenário da capacidade institucional entre os pequenos, médios e grandes municípios não é heterogênea, ou seja, a realidade da evolução refletida em dados pode não apresentar a verdadeira situação da cobertura nacional, pois em razão da alta densidade de domicílios urbanos e da análise por regiões, os indicadores podem não mostrar a conjuntura dos municípios menores que são engolidos pelos maiores centros urbanos. Contudo, destaca-se que, caso houvesse a continuidade dos recursos alocados para o setor e depois se tornassem mantidos por ele, poderia se alcançar as metas agregadas de cobertura nacional de acesso à água no setor urbano e rural, porém poderia se apresentar um atraso na meta de saneamento básico rural.

O Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio (2005), manifesta que, de acordo com o ano de 2003 e mediante os níveis de cobertura do aqueduto e esgoto, bem como com a incorporação de 7,7 milhões de novos habitantes para a infraestrutura de água e 9,2 milhões a uma solução de esgoto urbano, os custos para atingir a meta seriam os seguintes:

(...) estima-se que o custo de levar o serviço à população adicional determinada pelas metas de cobertura e dinâmica demográfica, é de aproximadamente 3.150 milhões, dos quais cerca de US \$ 515 milhões para o setor rural. Além disso, o custo de manutenção e substituição de infraestrutura existente de serviços de água e esgoto no período 2004-2015 está estimado em 4.000 milhões de dólares. Além disso, o custo do investimento em estações de tratamento de água potável para os sistemas rurais se aproxima de 110 milhões. (HACIA UNA COLOMBIA EQUITATIVA E INCLUYENTE - INFORME DE COLOMBIA - OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO. 2005, p.183).

As principais fontes dos recursos eram os impostos pagos pelos contribuintes, ou seja, os usuários dos serviços, juntamente com o repasse do governo central para os municípios do sistema geral de participações. O montante de disponibilidade dos recursos, respectivamente, era de US\$ 2.800 milhões de dólares e US\$ 3.900 milhões de dólares para os anos de 2004-2015. Entretanto, o relatório colombiano afirmava que o balanço dos recursos ainda significaria um déficit de US\$ 445 milhões de dólares e, por isso, explicou a necessidade de se investir em políticas planejadas e eficientes, para que não houvesse o desperdício dos recursos, mas sim a otimização das expansões, claro que considerando os estudos econômicos e legais para o alcance das metas.

Conforme Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio (2005), e em vista da escassez de recursos, as estratégias para melhorar a implementação da meta 7.C estariam no refinamento das condições de funcionamento e gestão dos setores responsáveis. Logo, destacam-se três componentes que mereciam atenção: o financeiro, institucional e da estrutura empresarial do setor. Ademais, os esforços deveriam mirar nas regiões que se encontravam mais atrasadas e com dificuldades particulares.

No que concerne ao primeiro componente, o financeiro, descrevem-se as finanças do setor, os investimentos e sua influência. Por esse motivo, novas metodologias tarifárias deveriam surgir nos municípios para que fosse possível a arrecadação suficiente para cobrir os altos custos de administração, operação e manutenção do setor, gerando um impacto positivo. No mais, a importância em se reavaliar os subsídios existentes e mecanismos que facilitem a vinculação de novos investidores através do mercado de capitais.

No que diz respeito ao segundo componente, o institucional, diz-se que seriam essenciais o fortalecimento dos programas do MAVDT com a intenção de torná-los mais eficazes. Diante disso, as instituições deveriam sofrer ajustes para a melhor alocação e utilização dos recursos de transferência dos municípios. A propósito, a CRA e a SSPD eram órgãos responsáveis para delatar empresas e prestadores de serviços ineficientes.

O componente institucional deveria também sofisticar os mecanismos de obtenção, processamento e utilização das informações setoriais, a fim de proporcionar maior auxílio a locais que sofrem com o pouco e/ou ruim acesso aos serviços de utilidade pública.

O terceiro componente de adequação da estrutura empresarial do setor demonstra que o fortalecimento do Programa de Modernização Empresarial e da promoção da participação privada desde do MAVDT seria positiva, principalmente com o processo de participação privada em associações de municípios e em municípios individuais. Com essa participação privada, se fortaleceriam as empresas comunitárias e a população teria acesso à gestão dos serviços e, conseqüentemente, haveria o desenvolvimento de pequenas empresas e a geração de emprego local.

Estratégias em particular deveriam também ser elaboradas para tentar proporcionar maior cobertura dos serviços básicos para as áreas rurais e tais estratégias consistiriam em estabelecer assistência técnica adequada, obras e

capacitações e o uso de tecnologias e metodologias de intervenção alternativas, além das campanhas educativas.

Por fim, a Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio (2005), ilustra que deveria se incorporar todas as estratégias ao esquema do meio ambiente, de forma a proteger os recursos hídricos em qualquer parte do processo de obtenção, uso e descarte da água, respeitando a natureza, sem que houvesse a contaminação, e, ao mesmo tempo, que houvesse a implementação de sistemas de tratamento, proporcionando qualidade de vida à população colombiana, bem como um perfeito equilíbrio do ecossistema para o completo desenvolvimento da nação.

3.1 Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios dos anos 2007 e 2008

3.1.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2007

O relatório nacional de acompanhamento da República Federativa do Brasil (2007) afirma, antes de tudo, que, por meio dos dois indicadores de acesso à água e ao saneamento básico elaborados para acompanhar a meta, foi possível atestar que houve um aumento da cobertura de canalização da água potável. Porém, o acesso ao esgotamento sanitário permanecia em níveis baixos em relação ao percentual total da população atendida pelo serviço no país. Eis os dados do trabalho nacional, quanto à cobertura de água potável:

Em 2005, 89,8% da população urbana vivia em domicílios conectados à rede geral de água – um aumento de 7,5 pontos percentuais em relação a 1992. Caso seja considerado adequado o abastecimento de água por rede geral, mas sem canalização dentro da residência, o nível de cobertura sobe para 92%. Entre 2002 e 2005, o atendimento por rede geral foi ampliado para 4,7 milhões de domicílios. Ainda assim, 15,6 milhões de pessoas – uma população maior que a do Estado do Rio de Janeiro – ainda viviam em domicílios urbanos sem abastecimento de água adequado em 2005. Nas áreas rurais, a proporção da população com acesso a água por rede geral, com ou sem canalização interna, subiu 15,5 pontos percentuais entre 1992 e 2005, de 12,4% para 27,9%. Apesar da ampliação, o nível de cobertura é significativamente menor do que o verificado nas áreas urbanas. Se considerado o abastecimento de água proveniente de rede geral e de poços ou nascentes – que constituem uma alternativa relativamente adequada para a zona rural –, o atendimento na zona rural chega a 83,1%. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2007, p.111 e 112).

TABELA 5 • Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes com abastecimento de água, por tipo de abastecimento e situação do domicílio – Brasil*, 1992 a 2005

| Ano | Tipo de canalização | | | | |
|---------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------------|
| | Rede geral | | Poço ou nascente | | Outro tipo ou sem declaração |
| | Com canalização interna | Sem canalização interna | Com canalização interna | Sem canalização interna | |
| Urbana | | | | | |
| 1992 | 82,3 | 6,0 | 3,9 | 3,8 | 4,0 |
| 1993 | 83,1 | 6,0 | 4,0 | 3,4 | 3,5 |
| 1995 | 84,6 | 5,2 | 4,1 | 3,0 | 3,0 |
| 1996 | 87,1 | 3,5 | 4,2 | 3,0 | 2,1 |
| 1997 | 86,6 | 4,0 | 4,2 | 2,5 | 2,7 |
| 1998 | 87,8 | 3,6 | 4,2 | 2,1 | 2,3 |
| 1999 | 88,5 | 3,4 | 4,2 | 2,0 | 1,9 |
| 2001 | 86,7 | 3,2 | 4,8 | 3,3 | 2,1 |
| 2002 | 88,6 | 2,8 | 5,1 | 1,9 | 1,6 |
| 2003 | 88,8 | 2,6 | 5,0 | 1,9 | 1,6 |
| 2004 | 89,5 | 2,4 | 4,9 | 1,7 | 1,6 |
| 2005 | 89,8 | 2,2 | 5,3 | 1,5 | 1,2 |
| Rural | | | | | |
| 1992 | 9,1 | 3,3 | 26,0 | 37,8 | 23,8 |
| 1993 | 9,6 | 4,7 | 26,2 | 35,4 | 24,2 |
| 1995 | 12,4 | 5,6 | 30,2 | 23,1 | 28,8 |
| 1996 | 15,8 | 4,2 | 28,6 | 32,6 | 18,7 |
| 1997 | 17,5 | 5,9 | 35,6 | 17,2 | 23,8 |
| 1998 | 16,9 | 5,4 | 29,8 | 25,4 | 22,6 |
| 1999 | 19,1 | 3,2 | 30,8 | 16,3 | 30,6 |
| 2001 | 15,5 | 5,4 | 33,1 | 25,4 | 20,6 |
| 2002 | 18,2 | 4,8 | 34,6 | 22,8 | 19,7 |
| 2003 | 19,6 | 6,1 | 34,4 | 20,9 | 19,1 |
| 2004 | 20,6 | 5,5 | 35,1 | 21,4 | 17,4 |
| 2005 | 22,2 | 5,7 | 34,9 | 20,3 | 16,8 |

*Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
Fonte: IBGE, Censal, 1992-2005, exceto 1994 e 2000, anos em que a pesquisa não foi feita

Em relação às regiões abastecidas pela água potável, é mencionado que o Norte e Nordeste ainda permaneciam sendo as regiões do país com a pior cobertura do serviço público, com o atendimento de cerca de 50% da população à época. Aliás, o Nordeste, em decorrência de seu problema de seca contínua – região do semiárido –, merecia soluções particulares, fato que pesava de forma pontual para o alcance da meta dos ODMs. Por outro lado, a conjuntura da região Sudeste, especialmente o estado de São Paulo, demonstrava que o volume da população atendida com água encanada era de 95%.

No que tange às informações da cobertura do esgotamento sanitário, a realidade era outra, pois segundo a República Federativa do Brasil (2007), os níveis de acesso da população brasileira ao serviço se caracterizava como muito baixo, enquanto que a quantidade de esgoto devidamente tratado era ainda menor, com a proporção de apenas um terço tratados, fato que impactava diretamente em poluição e destruição da natureza, o que dificultava a conquista do objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental. Aqui está o resultado:

No meio urbano, a cobertura subiu de 65,9%, em 1992, para 77,3%, em 2005. Isso significa que, nesse período, 3,5 milhões de domicílios urbanos foram conectados à rede geral de esgotamento sanitário. Na zona rural, também se verificou uma ampliação do acesso ao serviço, que chegava a 18,2% da

população em 2005. Apesar da ampliação dos serviços, a falta de uma solução adequada para o esgotamento sanitário é um problema que em 2005 atingia 34,6 milhões de brasileiros que viviam em cidades. Na zona rural, a solução mais adotada para o esgoto ainda é a fossa rudimentar (45,3%). Mesmo assim, mais de um quarto (27,1%) da população rural não possui nenhum tipo de esgotamento sanitário. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2007, p.112).

TABELA 6 • Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário e situação do domicílio – Brasil*, 1992 a 2005

| Ano | Tipo de acesso a esgoto | | | | | | Não tinham |
|---------------|-------------------------------------|---------------|------------------|------|------------------------------|------------|------------|
| | Com esgotamento sanitário, por tipo | | | | | | |
| | Rede coletora | Fossa séptica | Fossa rudimentar | Vala | Direto para rio, lago ou mar | Outro tipo | |
| Urbana | | | | | | | |
| 1992 | 45,5 | 20,4 | 22,9 | 2,0 | 2,5 | 0,3 | 6,2 |
| 1993 | 45,4 | 22,3 | 21,9 | 2,2 | 2,4 | 0,5 | 5,2 |
| 1995 | 46,0 | 22,4 | 22,1 | 1,9 | 2,5 | 0,5 | 4,6 |
| 1996 | 46,9 | 25,4 | 19,4 | 1,5 | 2,5 | 0,1 | 4,1 |
| 1997 | 47,6 | 24,0 | 20,1 | 1,7 | 2,5 | 0,1 | 3,9 |
| 1998 | 49,3 | 23,9 | 19,4 | 1,8 | 2,2 | 0,1 | 3,2 |
| 1999 | 50,6 | 23,2 | 19,6 | 1,6 | 2,0 | 0,1 | 3,0 |
| 2001 | 50,8 | 23,1 | 18,7 | 1,6 | 2,2 | 0,2 | 3,3 |
| 2002 | 51,6 | 23,3 | 18,1 | 1,6 | 2,4 | 0,1 | 2,9 |
| 2003 | 53,4 | 22,3 | 17,9 | 1,4 | 2,4 | 0,1 | 2,4 |
| 2004 | 54,1 | 22,0 | 18,1 | 1,4 | 2,3 | 0,1 | 2,1 |
| 2005 | 54,3 | 23,0 | 17,0 | 1,5 | 2,2 | 0,1 | 1,8 |
| Rural | | | | | | | |
| 1992 | 3,0 | 7,3 | 32,7 | 3,0 | 4,4 | 0,6 | 49,0 |
| 1993 | 3,1 | 8,1 | 34,1 | 3,4 | 4,1 | 1,0 | 46,3 |
| 1995 | 3,2 | 9,9 | 35,1 | 3,9 | 4,2 | 1,7 | 42,0 |
| 1996 | 3,5 | 13,8 | 35,5 | 3,9 | 3,7 | 0,4 | 39,1 |
| 1997 | 3,5 | 10,9 | 39,0 | 3,4 | 3,9 | 0,7 | 38,7 |
| 1998 | 4,5 | 10,3 | 39,9 | 4,0 | 4,6 | 0,5 | 36,3 |
| 1999 | 4,5 | 11,2 | 41,2 | 3,6 | 4,2 | 0,7 | 34,7 |
| 2001 | 3,1 | 10,6 | 40,5 | 4,7 | 4,1 | 0,8 | 36,2 |
| 2002 | 3,7 | 12,3 | 40,7 | 5,9 | 3,9 | 0,6 | 32,9 |
| 2003 | 3,7 | 13,5 | 42,9 | 5,9 | 3,7 | 0,8 | 29,6 |
| 2004 | 4,0 | 14,0 | 44,7 | 4,3 | 3,8 | 0,5 | 28,8 |
| 2005 | 4,4 | 13,8 | 45,3 | 5,3 | 3,6 | 0,5 | 27,1 |

*Exclusivo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
Fonte: IBGE, Pnad, 1992 a 2005, exceto 1994 e 2000, anos em que a pesquisa não foi feita

No tocante às regiões abastecidas pelo esgotamento sanitário, os dados apresentados mostram que as regiões com menor cobertura eram o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, desconsiderando o Distrito Federal. Por outro, as regiões do Sudeste e Sul tinham maior cobertura de esgoto no país.

Em geral, o relatório indica sinais da melhoria e da maior cobertura de esgoto e abastecimento de água potável para todas as regiões urbanas do Brasil, porém a desigualdade entre as regiões ainda era grotesca, pois as regiões Sul e Sudeste apresentavam porcentagens elevadas de cobertura de 80% e 90% respectivamente, enquanto que nas regiões pobres do Norte e Nordeste os níveis eram baixos, de 40% e 60%, respectivamente, à época.

TABELA 7 • Proporção da população urbana com acesso a serviços adequados de água e esgoto – Brasil, 1992 a 2005

| Ano | Região | | | | | Brasil urbano |
|------|--------|----------|---------|------|--------------|---------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| 1992 | 31,5 | 39,9 | 79,7 | 62,5 | 37,0 | 62,3 |
| 1993 | 34,3 | 41,3 | 80,7 | 63,5 | 39,3 | 63,5 |
| 1995 | 33,7 | 41,9 | 82,8 | 65,4 | 38,5 | 64,7 |
| 1996 | 34,1 | 49,0 | 85,3 | 70,5 | 42,2 | 68,6 |
| 1997 | 36,5 | 45,6 | 86,1 | 68,7 | 45,5 | 68,3 |
| 1998 | 36,5 | 46,6 | 87,8 | 70,8 | 46,8 | 69,7 |
| 1999 | 38,9 | 48,0 | 87,8 | 73,7 | 44,3 | 70,4 |
| 2001 | 34,5 | 52,0 | 86,7 | 72,9 | 45,0 | 69,9 |
| 2002 | 37,6 | 51,7 | 87,5 | 75,6 | 45,5 | 70,7 |
| 2003 | 36,6 | 52,6 | 87,9 | 76,9 | 47,6 | 71,4 |
| 2004 | 40,4 | 53,6 | 88,5 | 78,9 | 43,1 | 72,0 |
| 2005 | 42,6 | 56,9 | 88,7 | 78,3 | 47,2 | 73,3 |

Fonte: Ipea/DISOC, com base nos microdados da Pnad/IBGE 1992-2005, exceto 1994 e 2000, anos em que a pesquisa não foi feita

Em relação aos dados, no que diz respeito à raça e à cor, houve uma queda da desigualdade no país, porque mediante aos indicadores de abastecimento de água e acesso ao esgotamento sanitário, a população parda e preta era coberta com 68,9%, e a branca 84,6%. Mas, mesmo assim, houve uma diminuição da desigualdade de 15,7% pontos percentuais de 1992 para 2005.

As principais iniciativas e estratégias adotadas pelo governo brasileiro para atingir a meta universal foram efetuadas através da adoção dos seguintes programas federais: “Programa Saneamento para Todos; Programa Saneamento Rural; Construção de Cisternas; Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto; Programa Drenagem Urbana Sustentável; Programa Resíduos Sólidos Urbanos” (P.126). Contudo, o texto não esclarece a forma como os programas foram elaborados e muito menos seus andamentos e prazos.

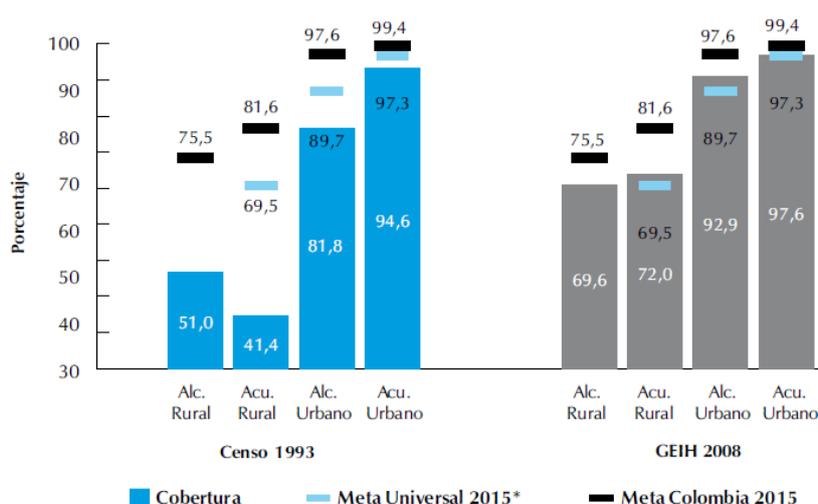
3.1.2 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2008

De início, II Informe de Seguimiento (2008), em conformidade com “Gran Encuesta Integrada de Hogares 2008 – GEIH” demonstra a situação da implementação da meta das Nações Unidas e da meta nacional, estabelecida para acompanhar o crescimento populacional do país. Segundo o relatório, o abastecimento de água potável nas zonas urbanas já havia alcançado as metas das Nações Unidas e as metas nacionais estavam próximas a serem totalmente cumpridas. O acesso ao esgotamento sanitário nas áreas urbanas foi também expandido cerca de 11 a 12% de 2003 a 2008, fato que já comprovava o alcance da meta das Nações Unidas e deixava uma expansão folgada (0,67%) para o governo colombiano alcançar a meta nacional de expansão do serviço.

Com relação à zona rural, a meta das Nações Unidas de cobertura do abastecimento de água já havia sido alcançada em 2008, pois os dados indicavam que, de 2003 a 2008, houve um crescimento de 30,58% da cobertura, ou seja, saltou de 41,1% para 71,98%, o que caracterizava uma antecipação dos trabalhos até o ano de 2015. Agora, no que diz respeito à cobertura de esgotamento sanitário da zona rural, a meta das Nações Unidas não havia sido cumprida, mas os indicadores demonstravam o avanço da cobertura e o governo colombiano se comprometeu a melhorar os processos institucionais e as estratégias adotadas para que houvesse um maior crescimento até a data final. Menciona-se no relatório a quantidade de pessoas atendidas desde a data base:

Desde 1993, a população das zonas rurais com acesso a fontes melhoradas de água potável aumentou, passando de 4,1 para 7,6 milhões de pessoas, superando a meta do país para 2008 por mais de 340 mil pessoas. No saneamento rural que tem um comportamento semelhante como foi possível atender a mais de 2,3 milhões de pessoas, superando a meta da Colômbia para 2008 por 530 mil pessoas. Nas áreas urbanas, a população coberta com serviços de água e esgoto cresceu em proporção à meta do país desde 1993; para 2008 mostra que a diferença entre a cobertura e o objetivo de esgoto é de 12 mil pessoas e aqueduto há uma defasagem de 10 mil pessoas. (II INFORME DE SEGUIMIENTO. 2008, p.164).

Gráfico 61. Evolución del acceso de población a fuentes agua potable y servicios de saneamiento

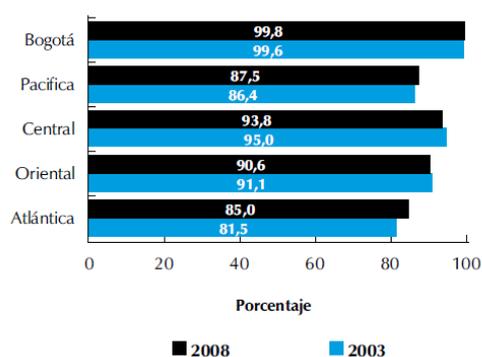


Fuente: Censo General 1993 y 2005 – DANE; Cálculos DNP – DDUPA. El indicador se calcula como el número de viviendas con servicio dividido en el número total de viviendas

*Es la meta equivalente para Colombia de reducir a la mitad, para 2015, la proporción de personas sin acceso sostenible al agua potable y a servicios básicos de saneamiento, tomando como referencia el Censo General 93.

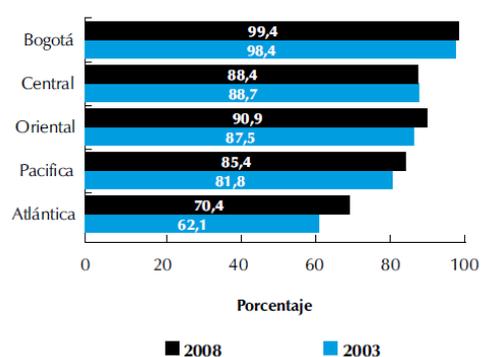
Em conformidade com o II Informe de Seguimiento (2008), e em nível regional, pode-se enxergar que houve uma amplitude da cobertura de abastecimento de água potável e saneamento básico em várias regiões, porém, e ao mesmo tempo, os dados evidenciaram pequenas retrações em localidades do período de 2003 a 2008. A região atlântica sobressai e apresentou maior cobertura de aquedutos - de 81,52% em 2003, para 85% em 2008. Aliás, essa mesma região indicou melhoras na cobertura de saneamento básico, com o salto de 62,1% em 2003 para 70,4% em 2008. Quanto às demais regiões, tais como Bogotá e Pacífica, o acesso à água potável seguiu o aumento populacional, e as regiões Pacífica e Oriental incrementaram o percentual de saneamento básico em 3,4% no mesmo período.

Gráfico 64. Coberturas Totales por Región** (Fuentes Mejoradas de Agua Potable)



Fuente: ECH 2003, GEIH 2008 – DANE; Cálculos DNP – DDUPA
 *Incluye soluciones alternativas de acueducto y alcantarillado en área rural
 ** El indicador se calcula como el número de personas con acceso a agua mejorada dividido el número total de personas.

Gráfico 65. Coberturas Totales por Región** (Servicio Adecuado de Saneamiento)



Fuente: ECH 2003, GEIH 2008 – DANE; Cálculos DNP – DDUPA
 *Incluye soluciones alternativas de acueducto y alcantarillado en área rural
 **El indicador se calcula como el número de personas con acceso a saneamiento dividido el número total de personas.

Por fim, o relatório destaca as políticas empregadas para que houvesse o cumprimento da meta de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável e explica que a meta ganhou maior importância dentro da agenda nacional quando foi reconhecido o impacto da sua incidência sobre a saúde e a pobreza. As políticas do governo colombiano para o aumento da cobertura e a melhoria dos serviços foram as seguintes:

los Planes Departamentales de Agua” para a gestão empresarial de serviços de água e saneamento - PDA; e a modificação do marco regulatório do setor, a fim de conseguir uma melhor distribuição dos recursos alocados, principalmente a partir do “Sistema General de Participaciones”, com uma dotação específica para água potável e saneamento básico, incluindo um

quadro de acompanhamento para promover o seu uso eficiente. (II INFORME DE SEGUIMIENTO. 2008, p.166).

Os PDAs foram elaborados pelo “Plan Nacional de Desarrollo Estado Comunitario” e restaram estabelecidos na Lei 1171/2007 e no Decreto 3200/2008, com o objetivo de fornecer melhores estratégias de planejamento e coordenação interinstitucional para melhorar a maneira como se usavam os recursos e aperfeiçoar os serviços públicos. Aliás, a estrutura operacional dos PDAs foi idealizada da seguinte forma: gestor, comitê executivo, consultor de gestão e o pessoal encarregado de gerir os recursos.

O governo colombiano, em função da alocação, focalização e execução dos recursos públicos destinados aos setores, decidiu que a questão da água potável e do saneamento básico eram fundamentais para o desenvolvimento, e logo resolveram criar uma bolsa independente para melhorar os processos de serviço público nessas duas áreas específicas. Assim, por meio da Lei 1176/2007, e sempre em consonância com os PDAs, “além de alocação de recursos para os municípios, alocou-se uma porcentagem aos departamentos e estabeleceu variáveis setoriais que determinavam a dotação adequada para cada um dos beneficiários” (p.167), quer dizer, melhoram a gestão local de forma a auxiliar os municípios atrasados e promoveram a eficiência do serviço público.

Finalmente, destaca-se que: “(...) Graças a ações conjuntas, os governos locais tornaram-se mais conscientes sobre a sua responsabilidade para garantir a prestação eficiente de serviços e relatórios de informações necessárias para o acompanhamento” (p.167).

3.2 Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios dos anos 2010 e 2011

3.2.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2010

O relatório nacional da República Federativa do Brasil (2010) relata que o acesso adequado ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário são condições essenciais para o sucesso da nação e da sanidade ambiental, e, diante disto, o país se comprometeu internacionalmente a melhorar a cobertura dos serviços públicos básicos.

Segundo as informações apresentadas no texto, houve avanço nos processos de abastecimento de água potável, no que remete aos níveis urbanos, apresentando uma melhoria considerável da cobertura a ponto de sinalizar que a meta universal referente à água potável já havia sido alcançada no ano de 2007. Entretanto, quando avaliados os níveis de abastecimento de água nas áreas rurais e por unidades da federação, a conjuntura era outra, quer dizer, a quantidade de esforços nacionais ainda se fazia volumosa para alcançar a melhor e maior cobertura do serviço. Ressalte-se que dificuldades regionais e socioeconômicas também configuraram empecilho para a melhoria dos indicadores universais, tais como as condições de seca extrema, o semiárido, e as desigualdades entre raça e renda. Confira-se:

(...) o percentual da população urbana com abastecimento de água com canalização interna proveniente de rede geral passou de 82,3%, em 1992, para 91,6%, em 2008. Nas áreas rurais, embora tenhamos tido um avanço significativo na proporção da população abastecida por rede geral, com ou sem canalização interna – que passou de 12,4%, em 1992, para 32,6%, em 2008 – o percentual de cobertura por rede pública ainda é bem inferior ao das áreas urbanas, não tendo sido possível lograr o alcance da meta para esse recorte espacial. (RELATÓRIO NACIONAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2010, p.137 e 138).

Porcentual de moradores em domicílios particulares permanentes com abastecimento de água, por tipo de abastecimento e situação do domicílio - Brasil*, 1992/2008

| Ano | Tipo de canalização | | | | | | | | | |
|------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|------------------------------|-------|
| | Rede geral | | | | Poço ou nascente | | | | Outro tipo ou sem declaração | |
| | Com canalização interna | | Com canalização interna | | Sem canalização interna | | Sem canalização interna | | | |
| | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural |
| 1992 | 82,3 | 9,1 | 6,0 | 3,3 | 3,9 | 26,0 | 3,8 | 37,9 | 4,0 | 23,8 |
| 1993 | 83,0 | 9,5 | 6,0 | 4,7 | 4,0 | 26,1 | 3,4 | 35,4 | 3,6 | 24,3 |
| 1995 | 84,5 | 11,5 | 5,3 | 5,2 | 4,1 | 27,9 | 3,0 | 33,6 | 3,1 | 21,8 |
| 1996 | 87,1 | 15,8 | 3,5 | 4,2 | 4,2 | 28,4 | 3,1 | 32,8 | 2,1 | 18,8 |
| 1997 | 86,6 | 14,7 | 4,0 | 5,0 | 4,2 | 29,9 | 2,5 | 30,6 | 2,7 | 19,9 |
| 1998 | 87,8 | 16,9 | 3,6 | 5,4 | 4,2 | 29,7 | 2,1 | 25,4 | 2,3 | 22,6 |
| 1999 | 88,5 | 18,8 | 3,4 | 6,2 | 4,2 | 30,4 | 2,0 | 24,6 | 1,9 | 20,0 |
| 2001 | 87,7 | 15,5 | 3,2 | 5,4 | 4,8 | 33,0 | 2,1 | 25,4 | 2,1 | 20,6 |
| 2002 | 88,5 | 17,8 | 2,8 | 4,8 | 5,1 | 34,0 | 1,9 | 24,0 | 1,7 | 19,4 |
| 2003 | 88,8 | 19,6 | 2,6 | 6,1 | 5,0 | 34,3 | 2,0 | 20,9 | 1,7 | 19,2 |
| 2004 | 89,5 | 20,5 | 2,5 | 5,5 | 4,9 | 35,0 | 1,7 | 21,5 | 1,5 | 17,5 |
| 2005 | 89,7 | 22,1 | 2,2 | 5,7 | 5,3 | 34,8 | 1,5 | 20,4 | 1,2 | 16,9 |
| 2006 | 90,9 | 14,0 | 1,7 | 6,5 | 5,0 | 40,5 | 1,4 | 22,7 | 1,0 | 16,3 |
| 2007 | 91,2 | 25,1 | 1,3 | 4,1 | 5,0 | 37,8 | 1,4 | 18,7 | 1,0 | 14,3 |
| 2008 | 91,6 | 27,4 | 1,2 | 5,2 | 5,1 | 37,5 | 1,2 | 15,4 | 0,9 | 14,5 |

* Excluída a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Com relação ao esgotamento sanitário, a cobertura permanecia baixa em proporção aos níveis de cobertura de abastecimento de água potável, porque, mesmo com o aumento do acesso ao serviço, era nítido o atraso da cobertura e a falta de tratamento do esgoto no país, que atingia 31 milhões de moradores das cidades. A propósito, os níveis urbanos de percentagem da rede geral de esgoto demonstravam progresso considerável em relação ao alcance da meta. Contudo, quando investigados os dados da rede geral dos níveis rurais, era visto um lento progresso da cobertura, prevalecendo ainda o esgoto em condições inadequadas por todo o país. Aliás, a falta de soluções para o esgoto não tratado afetam diretamente os recursos hídricos do Brasil.

Nas áreas urbanas, a cobertura da coleta de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica aumentou mais de 14% desde 1992 e já alcançava 80,5% da população em 2008. Nas áreas rurais, o percentual de cobertura por rede geral de esgotos ou fossa séptica ligada ou não à rede geral subiu de 10,3%, em 1992, para 23,1%, em 2008. Entretanto, a maioria da população do campo ainda possui condições inadequadas no que se refere ao esgotamento sanitário: 46,6% da população é atendida por fossas rudimentares, 5,6% por vala, 3,1% da população lança os seus esgotos diretamente nos rios, lagos ou mar, 0,6% adota outro tipo de solução não adequada e 21% não possui nenhum tipo de esgotamento sanitário. (RELATÓRIO NACIONAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2010, p.138 e 139).

Porcentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário e situação dos domicílios - Brasil*, 1992/2008

| Ano | Tipo de acesso a esgoto | | | | | | | | | | | | | | | |
|------|-------------------------------------|-------|-----------------------------|-------|--------------------------|-------|------------------|-------|--------|-------|------------------------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| | Com esgotamento sanitário, por tipo | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Rede coletora | | Fossa séptica ligada à rede | | Fossa séptica não ligada | | Fossa rudimentar | | Vala | | Direto para rio, lago ou mar | | Outro tipo | | Não tinham | |
| | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural | urbana | rural |
| 1992 | 45,6 | 3,0 | 8,8 | 0,8 | 11,7 | 6,5 | 22,9 | 32,7 | 2,0 | 3,0 | 2,5 | 4,4 | 0,3 | 0,6 | 6,2 | 49,0 |
| 1993 | 45,4 | 3,1 | 9,8 | 0,8 | 12,6 | 7,3 | 21,9 | 34,0 | 2,2 | 3,4 | 2,4 | 4,1 | 0,5 | 1,0 | 5,2 | 46,4 |
| 1995 | 45,9 | 3,2 | 9,8 | 1,1 | 12,7 | 8,8 | 22,0 | 35,0 | 1,9 | 3,9 | 2,5 | 4,1 | 0,5 | 1,7 | 4,6 | 42,1 |
| 1996 | 46,8 | 3,5 | 12,4 | 1,7 | 13,1 | 12,1 | 19,4 | 35,4 | 1,5 | 3,9 | 2,5 | 3,7 | 0,1 | 0,4 | 4,2 | 39,2 |
| 1997 | 47,6 | 3,5 | 11,5 | 1,2 | 12,6 | 9,8 | 20,1 | 39,0 | 1,7 | 3,4 | 2,5 | 3,9 | 0,1 | 0,7 | 3,9 | 38,6 |
| 1998 | 49,3 | 4,6 | 11,8 | 1,4 | 12,1 | 8,9 | 19,3 | 39,9 | 1,8 | 4,0 | 2,2 | 4,6 | 0,1 | 0,5 | 3,2 | 36,3 |
| 1999 | 50,6 | 4,5 | 10,5 | 1,2 | 12,7 | 10,0 | 19,5 | 41,2 | 1,6 | 3,6 | 2,0 | 4,2 | 0,1 | 0,7 | 3,0 | 34,6 |
| 2001 | 50,9 | 3,1 | 10,2 | 0,9 | 12,9 | 9,7 | 18,8 | 40,5 | 1,6 | 4,7 | 2,2 | 4,1 | 0,2 | 0,8 | 3,4 | 36,2 |
| 2002 | 51,5 | 3,7 | 10,6 | 1,2 | 12,7 | 11,0 | 18,2 | 40,7 | 1,6 | 6,0 | 2,4 | 3,9 | 0,1 | 0,6 | 2,9 | 33,0 |
| 2003 | 53,3 | 3,6 | 9,6 | 1,0 | 12,7 | 12,4 | 18,0 | 42,9 | 1,4 | 5,9 | 2,4 | 3,7 | 0,1 | 0,8 | 2,4 | 29,7 |
| 2004 | 53,9 | 3,9 | 9,2 | 1,2 | 12,8 | 12,7 | 18,2 | 44,6 | 1,4 | 4,3 | 2,3 | 3,8 | 0,1 | 0,5 | 2,1 | 28,9 |
| 2005 | 54,1 | 4,4 | 9,4 | 0,9 | 13,5 | 12,8 | 17,2 | 45,3 | 1,5 | 5,3 | 2,2 | 3,6 | 0,1 | 0,5 | 1,9 | 27,2 |
| 2006 | 54,4 | 4,7 | 9,9 | 1,2 | 13,5 | 14,2 | 16,4 | 45,8 | 1,5 | 4,6 | 2,4 | 3,2 | 0,1 | 0,5 | 1,7 | 25,7 |
| 2007 | 57,2 | 5,6 | 8,7 | 1,4 | 14,9 | 16,7 | 14,2 | 44,4 | 1,3 | 5,4 | 1,9 | 3,5 | 0,1 | 0,5 | 1,6 | 22,4 |
| 2008 | 58,9 | 6,5 | 7,5 | 1,1 | 14,1 | 15,5 | 14,9 | 46,6 | 1,4 | 5,6 | 1,9 | 3,1 | 0,1 | 0,6 | 1,2 | 21, |

* Excluída a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

As unidades da federação com a maior cobertura de esgotamento sanitário eram as regiões Sudeste (90,6%) e Sul (78,4%), enquanto que as regiões com maior déficit de cobertura eram o Norte, Nordeste e Centro-Oeste – com exceção do Distrito Federal, com 98,2% da população urbana atendida pelo serviço. No mais, destacou-se a situação alarmante do serviço nos estados do Amapá, com 35,6%, e Mato Grosso do Sul, com 26,8%. No tocante às desigualdades raciais, o acesso adequado de ambos serviços públicos fora moderadamente reduzido, assim a população branca estava coberta em 82,2% e a preta ou parda em 69,4% no ano de 2008.

Porcentual de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a serviços adequados de água e esgoto - Brasil*, 1992/2008

| Ano | Região | | | | | Brasil Urbano |
|------|--------|----------|---------|------|--------------|---------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| 1992 | 31,5 | 39,9 | 79,7 | 62,5 | 37,0 | 62,3 |
| 1993 | 34,3 | 41,3 | 80,7 | 63,5 | 39,3 | 63,5 |
| 1995 | 33,7 | 41,9 | 82,8 | 65,4 | 38,5 | 64,7 |
| 1996 | 34,1 | 49,0 | 85,3 | 70,5 | 42,2 | 68,6 |
| 1997 | 36,5 | 45,6 | 86,1 | 68,7 | 45,5 | 68,3 |
| 1998 | 36,5 | 46,6 | 87,8 | 70,8 | 46,8 | 69,7 |
| 1999 | 39,2 | 48,1 | 87,8 | 73,8 | 44,3 | 70,5 |
| 2001 | 34,5 | 52,1 | 86,7 | 72,9 | 45,0 | 69,8 |
| 2002 | 37,6 | 51,8 | 87,4 | 75,5 | 45,6 | 70,6 |
| 2003 | 36,7 | 52,6 | 87,9 | 76,8 | 47,7 | 71,3 |
| 2004 | 40,5 | 53,8 | 88,5 | 78,8 | 43,3 | 72,0 |
| 2005 | 41,0 | 55,6 | 88,5 | 78,2 | 47,1 | 72,6 |
| 2006 | 41,1 | 57,3 | 89,6 | 79,3 | 47,0 | 73,8 |
| 2007 | 44,2 | 63,6 | 90,7 | 81,1 | 48,9 | 76,2 |
| 2008 | 45,2 | 64,2 | 90,6 | 78,4 | 50,4 | 76,0 |

* Exclui-se a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Por fim, as estratégias e programas adotados pelo governo brasileiro são, mais uma vez, apresentados sem quaisquer aprofundamentos. Eis os programas brasileiros: “Programa Saneamento para Todos; Programa Saneamento Rural; Construção de Cisternas; Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto; Programa Drenagem Urbana Sustentável; Programa Resíduos Sólidos Urbanos” (p.149).

3.2.2 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2011

O Informe de seguimiento a los Objetivos de Desarrollo del Milenio - Análisis Regional (2011), sem quaisquer considerações anteriores, apresenta dados de 2010 e explica a situação do andamento da implementação, que, segundo as informações, ficou próximo de atingir as metas universais e nacionais estabelecidas para com o acesso à água potável e ao saneamento básico.

Com relação à cobertura de acesso à água potável ao nível urbano, a percentagem era de 96,70%, ou seja, restavam 2,5% para atingir a meta nacional e 0,6% para o alcance universal, e, concomitantemente, no nível rural, a percentagem era de 72,50%, o que caracterizava 5,6% para o alcance da meta nacional. Ressalta-se, porém, que a Colômbia já havia superado em 1,8% a meta universal.

Acerca da cobertura de esgotamento sanitário, a percentagem do nível urbano assegurada com o acesso ao serviço público era de 89,90%, no momento em que faltavam 7,1% para atingir a meta nacional e 1% para alcançar a meta universal. Já o nível rural não apresentou dados tão prósperos, pois o acesso ao serviço era de 66,60%, com 5,8% para lograr a meta nacional e 8,9% para a universal.

| META NACIONAL | INDICADORES | LÍNEA BASE | SITUACIÓN ACTUAL | META A 2015 | % DE AVANCE |
|---|--|---------------------|---------------------|-------------|-------------|
| Incorporar a la infraestructura de acueducto a por lo menos 5,9 millones de nuevos habitantes urbanos y 1,4 millones de habitantes rurales a una solución de abastecimiento de agua. | 1. Proporción de la población con acceso a métodos de abastecimiento de agua adecuados. Zona urbana. | 94,60% | 96,70% | 99,20% | 45,65% |
| | | 1993 ⁽¹⁾ | 2010 ⁽²⁾ | | |
| Incorporar 7,7 millones de habitantes a una solución de alcantarillado urbano y 1 millón de habitantes a una solución de saneamiento básico, incluyendo soluciones alternativas para las zonas rurales. | 2. Proporción de la población con acceso a métodos de abastecimiento de agua adecuados. Zona rural. | 41,01% | 72,50% | 78,15% | 84,79% |
| | | 1993 ⁽¹⁾ | 2010 ⁽²⁾ | | |
| | 3. Proporción de la población con acceso a métodos de saneamiento adecuados. Zona urbana | 81,80% | 89,90% | 96,93% | 53,54% |
| | | 1993 ⁽¹⁾ | 2010 ⁽²⁾ | | |
| | 4. Proporción de la población con acceso a métodos de saneamiento adecuados. Zona rural | 51% | 66,60% | 72,42% | 72,83% |
| | | 1993 ⁽¹⁾ | 2010 ⁽²⁾ | | |

Fuente:

(1). DANE. Encuesta Nacional de Hogares.

(2). Cálculos DNP-DDU. Gran Encuesta Integral de Hogares - GEIH del DANE, 2008.

De acordo com o Informe de seguimiento a los Objetivos de Desarrollo del Milenio - Análisis Regional (2011), outros três indicadores foram precisamente

importantes para que houvesse a ótima gestão do setor que foi evidenciado pela dinâmica mantida entre os dois serviços públicos. Os três indicadores foram: Obras civis; Novos usuários de serviços de água e esgoto públicas reportados ao “Sistema Único de Informação” -SUI; Investimentos nacionais em água potável e esgotamento sanitário.

Relata-se que a partir dos maciços investimentos em infraestrutura desses setores no país, efetuados por entidades públicas e privadas, houve a melhora dos sistemas e a ampliação da cobertura dos serviços de esgoto e abastecimento de água. A propósito, através das informações do “Sistema Único de Informação”, foi possível analisar a quantidade de novos usuários vinculados à rede dos serviços públicos.

3.3 Avaliação de monitoramento da implementação dos Relatórios do ano de 2014

3.3.1 Implementação realizada pelo Brasil no ano de 2014

O relatório nacional de acompanhamento da República Federativa do Brasil (2014) é o documento final de acompanhamento dos trabalhos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas. Isto posto, o texto explica que houve uma redução de 24% para 11% das pessoas que ainda permaneciam sem acesso ao abastecimento de água potável entre 1990 e 2010, mas, e ao mesmo tempo, diz-se que a cobertura da rede geral de esgotamento sanitário no país andava em ritmo lento e que seria necessária uma otimização dos esforços para o alcance futuro da meta. Entretanto, ainda segundo o relatório, o Brasil já havia cumprido com a meta C no ano de 2012, pois as porcentagens das pessoas sem acesso aos serviços públicos básicos já estavam abaixo da metade do ano de 1990.

Os dados da evolução obtidos sobre a percentagem da população com acesso ao serviço público de abastecimento de água potável demonstram a expansão da cobertura pelo país, tanto em nível urbano quanto em nível rural, o que se considera abaixo:

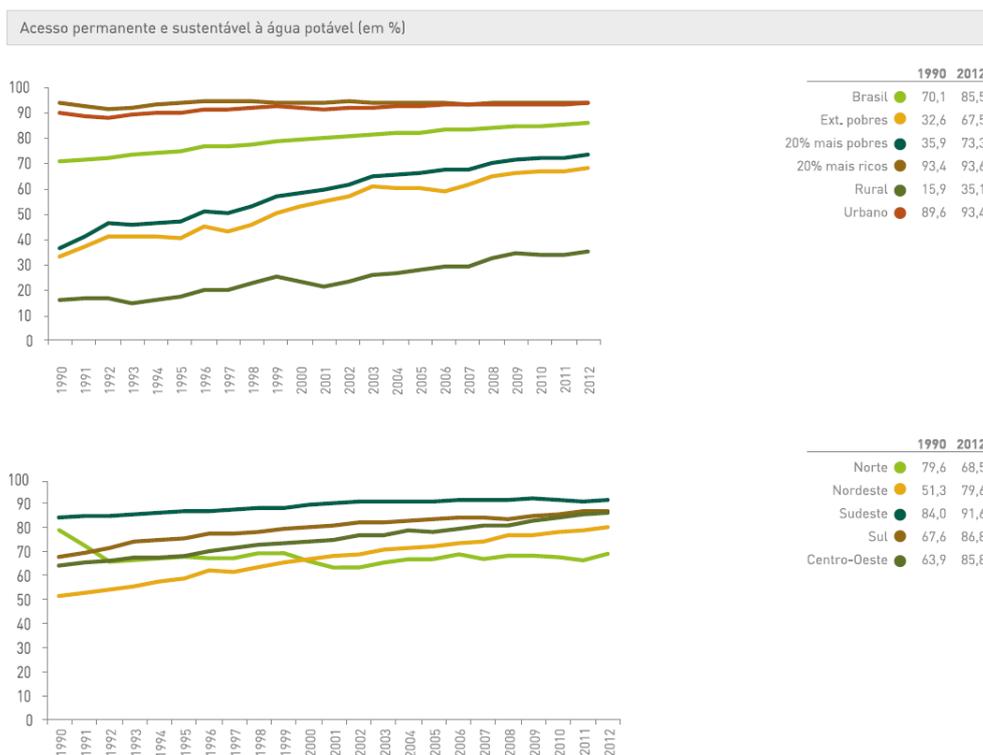
A parcela da população brasileira com abastecimento de água proveniente de rede geral, independentemente da existência ou não de canalização interna, cresceu de 70,1% em 1990 para 85,5% em 2012. Essa redução da percentagem de pessoas sem acesso à água de 29,9% para 14,5% demonstra que o Brasil já atingiu uma parte da meta C do ODM 7.

Nas áreas urbanas, a percentagem da população com abastecimento de água passou de 89,6% no primeiro ano para 93,4% no último ano da série. No meio rural, em 2012 apenas 35,1% da população usufruía de água

proveniente de rede geral. O crescimento do acesso à água no meio rural, contudo, foi notável, uma vez que, em 1990, somente 15,9% da população contavam com a rede geral de abastecimento de água. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2014, p.113).

No que diz respeito às diferenças regionais, a região Norte permanecia sendo a área com a menor cobertura de abastecimento de água por rede geral, e a região Nordeste, por intermédio das estatísticas, destacou-se com o grande crescimento da cobertura, enquanto que a região do Sudeste apresentava a maior cobertura do país. A depender da renda, houve uma redução, pela metade, da população mais carente sem acesso ao serviço.

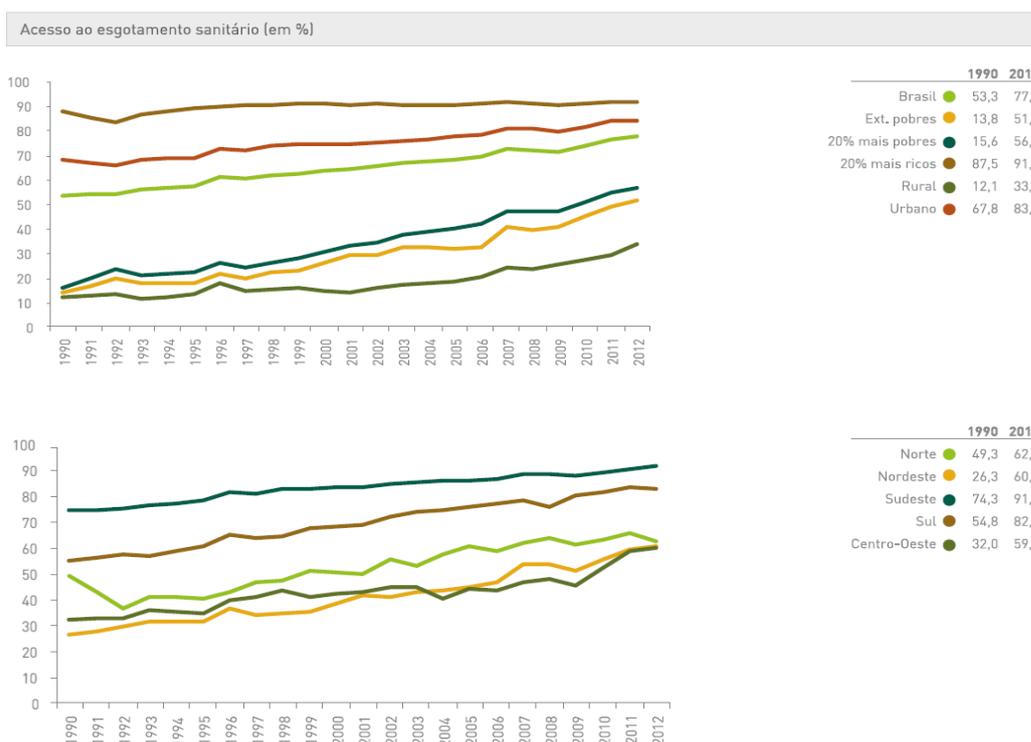
As regiões do País apresentam grandes diferenças no acesso à água. A melhor percentagem encontra-se no Sudeste, onde 91,6% da população estão abastecidos por rede geral. Sul e Centro-Oeste vêm a seguir, enquanto o Nordeste aproxima-se do patamar de 80% da população com acesso à rede geral de abastecimento de água. Com efeito, o Nordeste foi a região que teve o maior crescimento no período, partindo de apenas 51,3% em 1990. Esse valor era inferior ao registrado na região Norte, onde em 2012 apenas 68,5% da população contavam com acesso à rede geral. As estatísticas apontam disparidades no acesso à água a depender da renda. Em 2012, 67,5% dos brasileiros extremamente pobres tinham acesso à rede geral de água. O valor ainda é baixo, mas resulta de crescimento substancial, tendo em vista que, em 1990, apenas 32,6% contavam com o serviço. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2014, p.113).



De acordo com o relatório nacional de acompanhamento da República Federativa do Brasil (2014), o nível de expansão do esgotamento sanitário no país aconteceu de forma mais expressiva e rápida do que com o indicador de acesso a água potável. Em razão disso, as formas de esgotamento da rede geral e a fossa séptica abrangeram mais domicílios em todo o país, fato que configurou no alcance da meta ainda em 2012, porque se conseguiu diminuir pela metade a população sem acesso a esse serviço. Contudo, as disparidades entre os níveis urbanos e rurais se apresentavam como expressivas.

De 1990 a 2012, o acesso ao esgotamento sanitário passou de 53% para 77%. Logo, o Brasil também já cumpriu esta meta: a população sem acesso ao saneamento básico caiu de 47% para 23%, menos da metade do nível de 1990. (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2014, p.113).

As regiões com o maior índice de cobertura eram, respectivamente, o Sudeste (91,3%) e o Sul (82,7%), enquanto que o Centro-Oeste possuía o menor nível de cobertura do país (apenas 59,7%). Entre a população mais carente, houve também a expansão do serviço, segundo o relatório: “Assim, 2012 é o ano em que o Brasil ultrapassa o patamar de 50% de esgotamento adequado entre os extremamente pobres” (p.115).



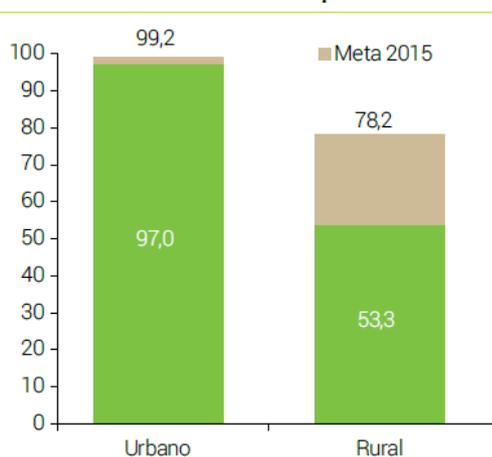
3.3.2 Implementação realizada pela Colômbia no ano de 2014

O relatório Objetivo de Desarrollo del Milenio, Colombia (2014) demonstra que houve um esforço nacional para ampliar a cobertura do esgotamento sanitário e do acesso à água potável. Entretanto, observa-se que trabalhos futuros deverão continuar a acontecer para que ocorram maiores desdobramentos desses serviços públicos. Aliás, a principal região do país sem acesso a esses serviços era o Caribe.

Segundo o relatório Objetivo de Desarrollo del Milenio, Colombia (2014), o cenário de cobertura universal e nacional ainda se fazia parcialmente distante do ideal “Em números absolutos, em 2012, o país registrava 2 milhões 100 pessoas que não tinham serviço sanitário em suas casas.” (p.42). Contudo, houve avanço da promoção da infraestrutura dos serviços, mas a disparidade entre a situação do nível urbano para o rural, até esse momento, permanecia vultuosa.

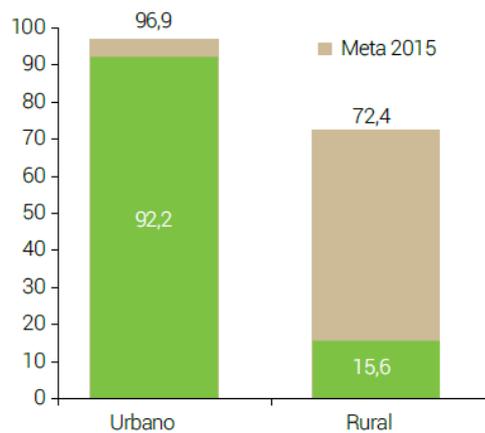
A cobertura do aqueduto cobriu em 2012 quase que toda a meta universal em nível urbano estabelecido pelo programa das Nações Unidas, porém sem sucesso total. Com relação ao nível rural, a conjuntura da ampliação permanecia a níveis bem abaixo da meta de 2015.

▼ Cobertura de acueducto por zonas 2012



A cobertura da rede de esgotos, por sua vez, apresentou também uma situação mais próxima da meta universal com referência aos níveis urbanos, enquanto que o nível rural obteve um fraco avanço quando comparado com o objetivo estabelecido em âmbito mundial.

▼ Cobertura de alcantarillado por zonas 2012.



Fuente: Elaboración PNUD a partir de la información del DANE-ECV.

Conclui-se com esse capítulo que o Estado brasileiro, de fato, alcançou a meta de garantia da sustentabilidade ambiental de acesso à água potável e saneamento básico estabelecida pelo programa das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com os relatórios de acompanhamento, as relações das taxas de cobertura dos serviços públicos caíram abaixo da metade do ano de 1990, o que justifica a conquista e sucesso brasileiro perante ao acordo internacional.

O Estado colombiano, por sua vez, através de seus relatórios de acompanhamento, demonstra que foram atingidas parcialmente as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em relação ao ano de 1993. Contudo, diga-se de passagem, foi nítido o esforço nacional para a implementação de políticas públicas próprias para promoção do acesso à água potável e ao saneamento básico no país. Entretanto, quando comparados os dois países, a conjuntura de cobertura total é outra.

O Brasil ainda possui tímidas taxas de cobertura total, o que significa que uma grande parte da população brasileira permanece sem acesso a esses serviços públicos. Na Colômbia, por mais que não tenha ocorrido o alcance total das metas, as taxas de cobertura se mostram muito mais avançadas, principalmente frente ao Brasil, apresentando níveis muito mais altos de universalização dos serviços.

Com efeito, isto se deve a realidade nacional de cada país, porque no período anterior ao programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, as situações dos serviços avaliados eram diferentes, e, no caso da Colômbia, mais favoráveis à

cobertura universal. Porém, destaca-se que ambos Estados apresentam alarmantes dados no tocante ao nível rural de cobertura, com destaque para o esgoto rural.

No que diz respeito ao meio ambiente, a implementação do objetivo de garantia da sustentabilidade ambiental, relativo aos serviços de acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, é fator importante para a redução de resíduos e poluentes no meio ambiente, pois com o fornecimento de uma rede completa com captação, abastecimento e tratamento dos dejetos, faz-se possível manter o equilíbrio do ecossistema, além de melhorar a qualidade de vida da população para um desenvolvimento absoluto. Contudo, os trabalhos do Brasil e da Colômbia, nesse sentido, ainda precisarão continuar por anos para o alcance universal e o acompanhamento da evolução da população.

No capítulo final, a prioridade será analisar a luz da teoria idealista e neoliberal das relações internacionais, o comportamento dos Estados e dos demais atores do sistema internacional, dando ênfase às instituições internacionais e ao processo de cooperação internacional. Por fim, pretende-se amarrar as ideias quanto aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao desenvolvimento sustentável e à cooperação internacional para concluir este trabalho.

A ANÁLISE DOS ODMs SOB OLHAR DAS TEORIAS IDEALISTA E NEOLIBERAL

Este capítulo final tem por pressuposto a análise da conjuntura teórica liberal e neoliberal para entender suas principais características, salientando como as teorias abordam, principalmente, as instituições internacionais e a cooperação internacional. Além do mais, serão abordados o contexto histórico da cooperação internacional para o desenvolvimento, perpassando pelo plano do meio ambiente como tema de cooperação, bem como recortando os capítulos anteriores para constatar a realidade dos fatos analisados pelos conhecimentos organizados e sintetizados sobre a reflexão das ciências especulativas da opinião sobre as práticas.

4. Visão geral da teoria idealista e neoliberal

As Relações Internacionais têm como objeto a análise do sistema internacional, e, por conseguinte, seus atores e suas infinitas relações, isto é, analisa as estruturas e formas de organização da comunidade internacional e suas interações políticas, econômicas e sociais decorrentes das intensas transformações mundiais.

A teoria idealista, como explicado nos textos da FUNAG (2012) e de Nogueira e Messari (2005), possui como pressuposto basilar a liberdade do indivíduo, acompanhada da sociedade ordenada e autorregulada. Por esse motivo, a teoria é caracterizada como pacifista, em favor da existência de organizações internacionais e da cooperação internacional. Desta forma, entende-se o idealismo como “altruísmo ético” para dar continuidade às análises acerca da política internacional, ou seja, preocupa-se com a reorganização do sistema internacional de acordo com certos valores morais. Eis suas premissas:

a lógica da boa-fé, da cooperação, da interação normativa e igualitária das unidades políticas na esfera internacional e um arcabouço jurídico capaz de articular a paz e a justiça mundiais por meio de partilha e aceitação de valores universais. (FUNAG. 2012, p .340)

Nogueira e Messari (2005), explicam que “O liberalismo é um dos paradigmas dominantes na teoria das relações internacionais e sua influência cresceu muito após

o fim da guerra fria” (p.57), o que de fato pôde ser visto com a ascensão da cooperação internacional em nível nunca antes visto, a exemplo, o programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Além disso, e de acordo com os autores, o surgimento da teoria idealista se deu no Período Iluminista (XVIII) e alcançou também o século XIX, o que elucida seu caráter de domínio da natureza e busca pelo progresso econômico, social e tecnológico.

Em consonância, a FUNAG (2012) explica que a teoria de relações internacionais de cunho idealista, apontada também como liberal, foi elaborada por meio da observação dos fatos e da formulação das análises de pensadores jusnaturalistas, tais como Emer de Vattel, Immanuel Kant, Thomas More, Sanit-Pierre, Woodrow Wilson e Mahatma Gandhi, fato que demonstra sua índole um tanto quanto utópica, no entanto ainda aplicável à atualidade.

O pensamento do Kant exerceu profunda influência sobre a tradição liberal nas Relações Internacionais. Encontramos fortes traços de uma concepção de sistema internacional pacífico nas propostas que fundamentaram a Liga das Nações. (...) por outro lado, é preciso lembrar que a visão liberal amadureceu em um contexto histórico favorável a um papel crescente de instâncias coletivas de negociação e deliberação no plano internacional. (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.71).

Segundo Nogueira e Messari (2005), “Não podemos falar em uma tradição liberal coerente e unificada. Há, na vastíssima gama de autores que a compõem, uma diversidade que resiste a qualquer tentativa de síntese”. Porém, os valores e conceitos centrais são compartilhados entre os liberais. Dessa forma, faz-se possível apresentar suas principais características.

A teoria liberal cuja crença é positiva à natureza humana estipula que o sistema internacional pode ser mais harmonioso e cooperativo seguindo alguns passos como a adesão ao **livre-comércio**, ao estado de **democracia** e à elaboração de **instituições internacionais**, conforme as orientações de Nogueira e Messari (2005):

O **livre-comércio** para os teóricos liberais, é um ponto ideal para se alcançar o bem-estar da população mundial, pois é através do comércio bilateral ou multilateral que as nações começam a dialogar, inclusive por meio de instituições, de tal forma a provocar um contínuo progresso econômico e social interno e a paz mundial. O crescimento do comércio amarra interesses e evita o conflito.

Nesse sentido, como queria Kant, o intercâmbio comercial cumpriria uma função civilizadora nas relações internacionais, estimulando o contato e a tolerância entre culturas diferentes, estabelecendo canais de comunicação, aumentando as áreas de interesse comum e promovendo a cooperação para garantir a contínua expansão dos mercados mundiais. À medida que se aprontasse a interdependência econômica entre as nações, a reciprocidade seria cada vez mais assumida como base para o relacionamento entre Estados. (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.63).

A **democracia**, por sua vez, e de acordo com o liberalismo, explica que a opinião pública dos Estados republicanos, quando devidamente ouvida, é um fator importante para fiscalizar as atitudes dos Estados para com seus habitantes e promover maior segurança para as liberdades individuais, ao mesmo tempo em que dificulta o engajamento dos Estados em conflitos armados, pois, em princípio, estes serão resolvidos por intermédio de instituições e arcabouços jurídicos como forma de soluções de controvérsias. Nas repúblicas constitucionais, inclusive, há o debate sobre os altos custos de conflitos armados.

De acordo com a tese de Kant, nas repúblicas em que o poder estivesse baseado na representação de interesses coletivos qualquer decisão de ir à guerra seria muito difícil. (...) para os liberais, a manifestação da opinião pública é um elemento crucial para tornar a política externa de um Estado mais pacífica. (...) é importante salientar que, para Kant, as repúblicas seriam mais pacíficas graças à natureza de suas instituições e à observância do estado de direito. (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.64 e 65).

As **instituições internacionais** para Nogueira e Messari (2005) têm como finalidade a maior promoção da ordem internacional, oferecendo grau de formalidade e racionalidade para o contexto anárquico que prevalece no sistema internacional, de tal forma a frear as desavenças e, por conseguinte, os conflitos e incentivar a ação coletiva em defesa de valores comuns, observando as garantias de liberdade e bem-estar da sociedade internacional.

A obra também argumenta que, em razão das consecutivas guerras que sempre ocorreram na história da humanidade, e à luz do pensamento iluminista de cosmopolitismo, percebe-se que juristas elaboram tratados fundamentais sobre o Direito das Nações para a solução desses embates externos. Nesse sentido, foram construídas regras de convivência baseadas na moral (boa-fé) e na jurisdição. Logo, começa a surgir o Direito Internacional como prerrogativa para o funcionamento das instituições, da implementação da paz e da cooperação, sem, contudo, o ideal de criação de um estado supranacional.

É importante lembrar que, para os expoentes da tradição liberal, a solução para reduzir os conflitos internacionais não é a formação de um governo mundial. Para a grande maioria dos autores, a absorção dos Estados nacionais em um único Estado mundial seria desastrosa, pois produziria uma estrutura impossível de administrar eficazmente e representaria uma tentação e um perigo constantes de tirania por um governo poderoso demais. Essa posição é coerente com a desconfiança básica dos liberais em relação ao Estado. Ao mesmo tempo, essa desconfiança não significa uma aversão a estruturas políticas que contribuam para um melhor governo das diversas dimensões de atividade de relações humanas. (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.70).

É importante analisar, de acordo com Nogueira e Messari (2005) que esses três passos sustentados pelos pensadores liberais contribuem para resolver relações de modo pacífico, estabelecendo uma tendência nas relações entre os entes plurais, mas com a certeza de que os conflitos jamais irão desaparecer da comunidade internacional. É algo inerente ao sistema internacional.

Em vista disso, conforme o primeiro capítulo, é possível contemplar o sistema internacional e a sua estrutura por meio de características trazidas pela teoria liberal, que visam a um sistema internacional mais harmonioso e cooperativo, como a criação de instituições internacionais multilaterais, a exemplo das Nações Unidas como maior representação de organismo internacional capaz de disseminar a temática ambiental pelo globo, à luz do direito internacional e da moral, fato que implica ações coletivas que visam um bem comum. A cooperação internacional, a exemplo também dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foi um programa consistente no sentido de incorporar a garantia da sustentabilidade ambiental como objeto passível de análise e de consideração para a promoção do bem-estar mundial do planeta. Assim, a instituição da ONU e seu programa comprovam as características expostas acima e enaltecem os argumentos ponderados na teoria, comprovando a experiência *a priori*, a partir da existência de organizações internacionais democráticas como solução para a promoção da cooperação internacional.

Ainda segundo Nogueira e Messari (2005), com a catástrofe da Segunda Guerra Mundial, houve um descrédito geral com relação ao idealismo, pois se considerava a teoria utópica, porque se propunha a explicar a teoria internacional como “ela deveria ser”. Porém, em vista desse problema, os teóricos iniciaram um processo para dar uma “cara nova” para a teoria de relações internacionais, desta vez com uma base científica. Nasceu aí o funcionalismo.

O funcionalismo, baseado na observação científica da realidade, objetivava fazer como os realistas – “ver a realidade como ela é” –, os quais, no entanto, não se esqueciam das suas próprias premissas que reforçavam a possibilidade de cooperação para o desenvolvimento e não para o conflito. Eis as premissas funcionalistas:

O objetivo principal dos funcionalistas era estudar o funcionamento das organizações internacionais e analisar como a criação de agências especializadas no tratamento de questões específicas das relações entre Estados poderia conduzir, gradualmente, ao aprofundamento da cooperação. (...). Ao privilegiar a função como parâmetro para a criação de organizações, os funcionalistas pretendiam desvinculá-las de projetos políticos mais ambiciosos e restringi-las ao cumprimento de tarefas técnicas. (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.76).

Com essa abordagem, os funcionalistas acreditavam que a soberania seria compartilhada através da racionalidade, ou melhor, da técnica, e que seria por meio da formação de redes de organismos internacionais que os Estados abririam mão de desempenhar funções que não lhes eram eficientes. Essa cooperação traria consigo crescimento econômico, paz duradoura e bem-estar social, assim gerando um círculo vicioso de multiplicação de organizações funcionais. Porém, o funcionalismo não considerava a dimensão política do sistema, ao contrário, afirmava que “trata-se de uma concepção que afirma que o progresso da técnica produz um resultado político desejável: a cooperação e a paz. (p.78).”

Como efeito ao funcionalismo, surge o neofuncionalismo, o qual complementa a primeira teoria, introduzindo, agora, a dimensão política como fator importante para o processo progressivo de aprofundamento na interdependência, por intermédio de organizações internacionais funcionais. Todavia, as dinâmicas expostas pela teoria neofuncionalista não foram capazes de refletir os processos políticos e sociais como um todo, por isso houve pouca repercussão entre os acadêmicos e políticos da área.

Conforme o capítulo I e II, e em relação ao neofuncionalismo, a tecnicidade pôde ser vista com o funcionamento das Nações Unidas produzindo tarefas técnicas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, baseado no momento de implementação do programa, porque transformaram procedimentos da administração pública, com o fato de expressar a importância de se produzir dados estatísticos. Desse modo, tem-se que a tecnicidade implica o melhoramento das diretrizes, bem como a utilização de objetivos, metas e indicadores universais, a fim do

aproveitamento eficiente dos recursos, porém sem não abrir mão dos esforços nacionais, mas permitindo um controle em âmbito internacional do acompanhamento do programa, reforçando as ações lógicas do trabalho.

Nos anos 70, com o fim da Guerra Fria, as transformações nos processos transnacionais e o surgimento de novos atores, há também mudanças sistêmicas, e a temática de interdependência torna-se objetivo de estudo da teoria liberal. Assim, a teoria volta a abranger as novas relações do mundo e retoma sua relevância internacional. Confira-se:

A característica mais nova dessa política mundial “em transição” era a emergência de atores não-estatais desempenhando papéis às vezes mais relevantes que os Estados em decisões sobre investimentos, tecnologia, mídia etc. Keohane e Nye acreditavam que não era mais possível estudar as relações internacionais olhando apenas para o comportamento dos Estados; era imprescindível incorporar os novos atores nos modelos de análise. (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.82).

De acordo com Nogueira e Messari (2005), Keohane e Nye explicam que a interdependência complexa é conceito fundamental da teoria liberal, que se faz conciliar com o realismo, pois considera pressupostos equivalentes. Mas, ao contrário do último, somente a teoria liberal possibilitava a compreensão do mundo interdependente e plural. Segundo os autores, a interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países.

A interdependência, principalmente econômica, em vista das assimetrias em torno de áreas específicas, gera efeitos positivos e negativos na política dos Estados-Nação, uma vez que o aprofundamento das relações, ou melhor, da integração é gradativamente mais complexa. Assim, fica claro que a intensificação da interdependência afeta nas decisões políticas e nos resultados das ações.

O texto de Nogueira e Messari (2005), ao analisar o conceito de interdependência complexa dos pensadores liberais, explica que a interdependência global de Keohane e Nye possui certas características: “a existência de múltiplos canais de comunicação e negociação, ou seja, contatos informais, diversidade de atores e organizações internacionais; agenda múltipla, quer dizer, diversidade de questões, ausência de hierarquia de temas e uma difusa fronteira entre o doméstico e o internacional; e por fim, uma utilidade decrescente do uso da força.” (p.86).

Observando o tal conceito de interdependência complexa, foi possível recolocar a teoria liberal ao centro das abordagens políticas, porque, em oposição à teoria realista e liberal pura, abrange as questões de aprofundamento das relações, bem como as assimetrias e vulnerabilidades que caracterizam o poder e a busca dos interesses estatais, ou melhor, é capaz de lidar com os novos riscos e oportunidades do contexto mundial.

Entretanto, como debatido, as características da nova conjuntura global apresentada pelo conceito nupérrimo gera um mundo mais cooperativo, porém ao mesmo tempo mais conflituoso; portanto, não seria a resposta para a solução dos problemas internacionais. Contudo, o conceito volta-se para as organizações internacionais como forma de administração, mediante as vontades depositadas pelo Estados para ordenar os velhos e novos problemas da comunidade internacional.

A questão que se coloca, então, é a de buscar meios para administrar tais conflitos de maneira a permitir que os Estados usufruam dos benefícios de um sistema internacional mais integrado. A resposta a essa questão teve grande impacto e definiu o debate teórico central das Relações internacionais ao longo da década de 1980: regimes. (...). A função das organizações não seria a de suprir a redução da presença do Estado no exercício de um número cada vez maior de tarefas, como afirmavam os teóricos funcionalistas, mas, antes, resolver problemas que os formuladores de políticas reconhecem depender da cooperação de outros Estados. (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.87).

A reflexão do trabalho de Nogueira e Messari (2005) sobre os Keohane e Nye esclarece que o conceito de interdependência complexa surge para demonstrar que a cooperação internacional pode explicar a política internacional contemporânea, considerando pontos importantes como o poder, o interesse nacional e os novos relacionamentos, representando uma mudança estrutural da política mundial, não sendo essa uma teoria utópica de crença na paz internacional.

Analisado o capítulo I deste trabalho, verifica-se por instrumento do conceito de interdependência complexa as mudanças na comunidade internacional, pois mediante a análise de temas e negociações que escapavam aos temas tradicionais, como a segurança e a paz, e graças ao surgimento de novos importante atores, através do depósito das vontades e interesses dos Estados, como a organização das Nações Unidas, foi possível tornar viável a discussão do tema de meio ambiente, além de demonstrar que o tema não estava restrito somente a um único interesse estatal, ou

seja, havia uma interdependência entre os Estados para com as questões do meio ambiente, até mesmo porque os efeitos não se limitavam e nem se limitam a uma única fronteira.

Aliás, no que diz respeito a características positivas da cooperação, pôde-se citar o processo de elaboração da Declaração do Milênio que ocorreu mediante o esforço de organismo internacionais e relatórios outros que fortaleceram a necessidade de viabilizar a criação do programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Isso tudo caracteriza a manifestação de novos temas de responsabilidade mundial, a pluralidade de atores na comunidade internacional, além de demonstrar que as circunstâncias não se fecham a simples fronteiras nacionais e que o mundo passa a ser, progressivamente, mais cooperativo.

Passada a década de 1970, como descrito por Nogueira e Messari (2005), houve mudanças nas tensões mundiais com o acirramento do conflito bipolar, o processo de internacionalização de empresas e o aprofundamento do comércio internacional, porém esses não lograram totalmente os impasses existentes por meio da governança global, isto é, da cooperação internacional. Logo, a teoria liberal, mais uma vez, e o conceito de interdependência complexa perdem relevância como método de explicação do sistema internacional e das relações de poder, e, conseqüentemente, a teoria neorrealista ganha mais espaço.

Em outras palavras, o sistema internacional continuava funcionando de acordo com a lógica da competição pelo poder, ditada pela condição de anarquia. Não havia sinais concretos, como sugeriam Keohane e Nye, de mudança no sentido de um sistema mais interligado e interdependência, "governado" por meio de organizações e regimes de cooperação (e, portanto, menos anárquico). (JOÃO PONTES NOGUEIRA E NIZAR MESSARI. 2005, p.89).

Verificadas as críticas e o abandono da teoria, Keohane repensa o liberalismo e a teoria da interdependência complexa, mas sem afastar-se das premissas fundamentais de cooperação em detrimento do conflito. Desse jeito, reconhece a necessidade de fazer um estudo epistemológico para explicar melhor a política internacional de maneira sistêmica e mais palpável. Surge o neoliberalismo.

Em concordância com Keohane e Martin (1995), o neoliberalismo desfruta de características próprias do neorealismo, a fim de abordar uma visão mais sistêmica do mundo. Por esse motivo, consentem em alguns pontos, a exemplo da crença na existência de anarquia, mas não no sentido hobbesiano, o que ainda gera incertezas

e desconfianças, norteadas as ações egoístas dos entes mais importantes do sistema internacional, os Estados.

"Ele afirma corretamente que os institucionalistas liberais tratam os estados como egoístas racionais operando em um mundo em que os acordos não podem ser aplicados hierarquicamente, e que os institucionalistas só esperam que a cooperação interestatal ocorra se os estados tiverem interesses comuns significativos. " (ROBERT O. KEOHANE; LISA L. MARTIN. 1995, p.39).

Entretanto, e, concomitantemente, os neoliberais não abandonaram suas premissas fundamentais de aceitar que dentro do ambiente internacional, a cooperação pode existir através do fluxo de informações geridos pelas organizações internacionais. Para Keohane e Martin (1995), a cooperação é fruto principal das instituições internacionais, porque, por intermédio da estratégia de reciprocidade entre os atores estatais e através da antecipação de comportamentos, faz-se capaz de diminuir medos, traições, reduzir os custos transnacionais e auxiliar na distribuição de ganhos, isto é, consegue coordenar mecanismos e elaborar pontos focais de trabalho para que existam ganhos mútuos nos resultados finais.

As instituições podem fornecer informações, reduzir os custos de transação, comprometer-se mais credíveis, estabelecer pontos focais de coordenação e, em geral, facilitar o funcionamento da reciprocidade. Ao procurar especificar as condições em que as instituições podem ter um impacto e a cooperação pode ocorrer, a teoria institucionalista mostra em que condições as proposições realistas são válidas. É neste sentido que o institucionalismo afirma subscrever o realismo. (ROBERT O. KEOHANE; LISA L. MARTIN. 1995, p.42).

No entanto, assim como as instituições podem mitigar os medos de trapaça e permitir que a cooperação surja, eles também podem aliviar os medos de ganhos desiguais com a cooperação. A teoria liberal argumenta que as instituições fornecem informações valiosas, e a informação sobre a distribuição de ganhos da cooperação pode ser especialmente valiosa se a lógica de ganhos relativos estiver correta. As instituições podem facilitar a cooperação, ajudando a resolver os conflitos distributivos e assegurando que os ganhos sejam divididos uniformemente ao longo do tempo, por exemplo, divulgando informações sobre as despesas militares e as capacidades dos membros da aliança. (ROBERT O. KEOHANE; LISA L. MARTIN. 1995, p.45).

No mais, a obra de Keohane e Martin (1995) expõe que as organizações internacionais são arcabouços importantes do sistema internacional que geram efeitos variados, dependendo da natureza dos interesses e do poder, o que explica a dificuldade de mensurar, por si só, sua eficácia como facilitador de cooperação.

Contudo, segundo os teóricos neoliberais, esses efeitos existem, até porque os atores investem recursos nessas mesmas instituições com a intenção de obter resultados.

Entendida as características gerais do liberalismo e neoliberalismo, é possível dar continuidade ao trabalho, considerando ambas teorias como prerrogativa atual da plural sociedade internacional, que com efeito é passiva de transformações e sistematizada por outras tantas características fundamentais das teorias, tais como a confiança na existência de regimes internacionais à luz do arcabouço jurídico e moral, a exemplo, mais uma vez, das Nações Unidas, bem como a certeza em um ambiente internacional favorável à ideia de cooperação, ainda que diante de interesses de poder, do mesmo modo que a convicção nos interesses comuns como forma de minimizar os conflitos mundiais e melhorar o bem-estar mundial, a exemplo do Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a implementação parcial ou total dos objetivos e metas. Verdade seja dita, no presente, a cooperação é significativa para todas as temáticas discutidas na agenda global, tais como o desenvolvimento humano e a proteção ambiental, como pode ser visto nos grandes arcabouços internacionais, como nas agências, caso do PNUMA, que surgiram para promover a cooperação em suas múltiplas formas.

4.1 Contexto histórico da cooperação internacional e o meio ambiente

Desde o início da formalização dos Estados-Nação, através da Paz de Vestfália (1648), houve a formação de alianças com fins quase que puramente militares e/ou econômicos. Segundo, Nogueira e Messari (2005), Nye explica alianças como “Acordos formais e informais que os Estados soberanos fazem uns com os outros para assegurar sua segurança mútua”. Entretanto, no século XIX, em razão do crescente pensamento idealista, surgem os fóruns e conferências internacionais multilaterais a partir do Concerto Europeu, o que abriu perspectiva para a criação de organizações internacionais, ou melhor, para as instituições promotoras de cooperação internacionais para além das tradicionais alianças.

É também no século XIX que surgem as primeiras organizações funcionais voltadas para a cooperação em áreas técnicas, como saúde e comunicações (a União Postal Internacional é um bom exemplo). Essa é considerada, igualmente, a época de ouro do Direito Internacional. Multiplicam-se normas, práticas e instrumentos jurídicos nas relações entre Estados, consolidando a noção de que o direito positivo (...) é, de fato, a base sobre a qual se deveria

regular o relacionamento entre soberanos. (JOÃO PONTES NOGUEIRA e NIZAR MESSARI. 2005, p.72).

O texto demonstra que “A experiência do Concerto deixou como herança a noção de cooperação internacional como elemento necessário para a manutenção da paz.” (p.72). Entretanto, após o Concerto Europeu no século XX, o sistema internacional voltou rapidamente a ser regido pelo mecanismo de equilíbrio de poder, mas, dessa vez, havia uma conscientização acerca da relevância das ações coletivas, à luz de uma jurisdição internacional, fato que incentivou a continuidade de conferências e arranjos multilaterais, como pôde ser visto com as seguintes conferências de Haia entre 1899 e 1907, o surgimento da Corte Internacional de Arbitragem e a Liga das Nações (1919).

A Liga das Nações foi criada em 29 de abril de 1919, no âmbito da Conferência de Paz de Paris. (...) Trata-se da primeira organização a se propor a manter a paz por meio de mecanismos jurídicos institucionalizados em sua Convenção e aplicados por órgãos especificadamente criados para tanto. (JOÃO PONTES NOGUEIRA e NIZAR MESSARI. 2005, p.73).

É destacado por Nogueira e Messari (2005) que com o fracasso da Liga das Nações, no sentido de frear a guerra, promover a cooperação e a paz, a organização se mostrou impotente também perante inúmeras circunstâncias apresentadas à época. Apesar disso, a Liga também tem seu mérito e precisa ser exaltada, porque “consolidou a ideia de organização internacional como elemento indispensável às relações internacionais contemporâneas.” (p. 73).

Conforme as análises do trabalho de Degnbol-martinussen e Engberg-pedersen (2003), com o surgimento das Nações Unidas (1945), houve uma transformação da organização internacional e a cooperação internacional ganhou mais força e maior relevância pelos Estados, até porque as questões de segurança perdem espaço na agenda internacional e a interdependência toma lugar. Isto pôde ser visto pela conjuntura do sistema internacional à época, que foi marcada pelo início do conflito ideológico socialista-capitalista, pela descolonização dos países africanos, asiáticos e americanos, o final da Segunda Guerra Mundial e o grande endividamento externo. A propósito, foram esses acontecimentos que aceleraram os processos de cooperação técnica e financeira norte-sul, e, posteriormente sul-sul.

Aliás, a obra de Campos (2005) esclarece cooperação internacional como “uma parceria para a execução de atividades que promovam o desenvolvimento local, regional ou nacional no país “beneficiário” (p.136), e, a partir de uma divisão de expressões, explica que a cooperação internacional engloba a cooperação técnica e a cooperação financeira como ações de ajuda externa.

As definições de Cooperação Técnica (CT) – seja ela governamental, não governamental, ou privada – comumente referem-se a um processo de transferência de “tecnologia” de forma unidirecional, com vistas a preencher lacunas no processo de desenvolvimento. A associação brasileira de ONGs (ABONG), por exemplo, define CT da seguinte forma: “A cooperação técnica internacional tem por objetivo a transferência, em caráter não comercial, de experiências e conhecimentos técnicos, visando à resolução de problemas críticos de desenvolvimento social e econômico.”
“Se a CTI refere-se à transferência de insumos técnicos, a Cooperação Financeira Internacional (CFI), ou Cooperação Financeira Multilateral, refere-se à concessão de financiamentos, com taxas variáveis, a programas/projetos de desenvolvimento nos países chamados beneficiados.” (CAMPOS. 2005, p.136).

De acordo com Degnbol-martinussen e Engberg-pedersen (2003), sempre houve motivos e interesses inerentes a cada doação ou recebimento de assistência externa, por parte dos entes quaisquer, fato que é comprovado quando se faz a investigação dos casos mais emblemáticos de cooperação mútua. A primeira ajuda ao desenvolvimento, o Plano Marshall (1947), tinha como objetivo aparente auxiliar na reconstrução da Europa, contudo os doadores, especificamente os Estados Unidos da América, tinham como motivação prestar assistência devido a suas próprias questões de segurança nacional, o combate ao comunismo, e suas considerações comerciais, isto é, a ampliação do mercado externo. Outros países como a França e a Inglaterra, examinando a situação de descolonização do período, também se interessaram em iniciar processos de cooperação com suas ex-colônias, porém com a intenção baseada na moral e no mercado, ou seja, para dar continuidade ao acesso dos recursos naturais.

Segundo a obra, o auxílio ao desenvolvimento, ou cooperação, realiza-se por meio da motivação para o desenvolvimento, que é uma combinação entre a base moral e humanitária - ajuda aos mais pobres sem acesso aos recursos - e o interesse próprio por parte dos países fornecedores de recursos, que pode se manifestar por meio do caráter econômico, de segurança nacional, moral e humanitária, ambiental, migração, refugiados, contrabandos etc.

Além do mais, o trabalho esclarece que a prestação de assistência externa está protegida pelos próprios cidadãos de cada Estado-Nação que demandam pela contínua cooperação e pela Convenção de Direitos Humanos das Nações Unidas que resguarda o direito universal ao desenvolvimento. É ainda mencionado no texto que a base moral e humanitária é motivo fundamental da ONU para com as cooperações multilaterais.

No que diz respeito às obrigações dos Estados ricos, deve-se notar que, sem o alcance e o caráter das obrigações morais, esses estados aceitaram obrigações políticas, concordando com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos. E esta convenção também inclui direitos socioeconômicos que podem ser vistos como uma espécie de direito universal ao desenvolvimento. Além disso, os cidadãos nesses estados, por meio de procedimentos democráticos, impuseram aos governos a obrigação de dar ajuda externa aos países em desenvolvimento".

"Os motivos morais e humanitários desempenharam um papel especialmente importante em relação à cooperação multilateral através da ONU. Embora a maior parte da ajuda externa bilateral tenha sido e continue a ser baseada em graus variados, em termos de segurança nacional e interesses econômicos, a ajuda multilateral através da ONU desde o início foi enraizada em motivos de segurança morais, humanitários e globais. (JOHN DEGNBOL-MARTINUSSEN e POUL ENGBERG-PEDERSEN. 2003, p.12).

Os autores Degnbol-martinussen e Engberg-pedersen (2003) destacam que foi a partir de 1980 que as políticas de desenvolvimento foram de fato motivadas também pelas questões ambientais, uma vez que os problemas decorrentes da má conservação do ecossistema começaram a ser sentidos pela comunidade internacional. Como consequência, houve o amplo debate a respeito do tema, como exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

"Além da segurança nacional convencional e dos interesses comerciais, as considerações da política ambiental passaram a desempenhar um papel crescente desde meados da década de 1980 para as políticas de ajuda externa de doadores bilaterais e multilaterais. A ligação dos problemas ambientais e de desenvolvimento em uma perspectiva global tem uma longa história, pelo menos até a publicação dos Limites ao Crescimento do Clube de Roma em 1972. Mas em relação ao debate sobre a ajuda externa, foi apenas com a publicação do relatório da Comissão Brundtland em 1987 que este problema estava seriamente colocado na agenda (Brundtland, 1987). Este relatório sublinhou os interesses globais comuns e a interdependência dos muitos países do mundo." (JOHN DEGNBOL-MARTINUSSEN e POUL ENGBERG-PEDERSEN. 2003, p.15).

No ano de 1990, compreendeu-se que as considerações da degradação do meio ambiente estavam entrelaçadas com a ampla disseminação da pobreza no mundo, pois essa situação gera demasiado crescimento populacional, dificultando a sobrevivência daqueles que vivem em estado de pobreza extrema em prover o sustento dos seus membros com os poucos recursos disponíveis.

O relatório da Comissão do Sul em 1990 seguiu essas considerações enfatizando que a pobreza contínua e muito difundida nos países em desenvolvimento é um forte fator que contribui para a degradação do meio ambiente, tanto nos países em desenvolvimento quanto no mundo. O relatório também observa que a causa do grande crescimento da população e a crescente pressão sobre os recursos limitados encontram-se na pobreza em massa. As famílias que vivem na pobreza e na incerteza são incitadas a ter muitas crianças para que possam contribuir para a renda familiar e criar uma rede de segurança social para seus parentes em relação à doença e à velhice. Com base nessas considerações, a Comissão do Sul descobriu que era do interesse a longo prazo dos países ricos reduzir a pobreza em todo o mundo". (JOHN DEGNBOL-MARTINUSSEN e POUL ENGBERG-PEDERSEN 2003, p. 15). Apud; Comissão Sul 1990: Capítulo 5).

Reconhecendo a obra de Degnbol-martinussen e Engberg-pedersen (2003), percebe-se que a pobreza é uma das principais causas de degradação ambiental. Logo, em razão de a natureza ser uma causa mundialmente sensível e conectada, a comunidade global enfatizou a necessidade de promover a cooperação para o desenvolvimento sustentável. Desde então, os países desenvolvidos têm considerado auxiliar os países em desenvolvimento com recursos para que os últimos sejam capazes de elaborar políticas sustentáveis. Um claro exemplo dessa nova vertente de cooperação, abrangendo a garantia da sustentabilidade ambiental e a redução da pobreza, estavam presentes no programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e hoje se fazem incluídos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro em 1992, a consideração para o meio ambiente foi enfatizada ainda mais como uma obrigação global que também deveria ser um motivo para dar ajuda. Desde então, a maioria dos países industrializados considerou a assistência ao desenvolvimento para os países em desenvolvimento como um meio importante para sustentar e melhorar o ambiente global. (JOHN DEGNBOL-MARTINUSSEN e POUL ENGBERG-PEDERSEN. 2003, p.15 e 16).

Com base nessas informações, conclui-se o capítulo entendendo que as teorias liberal e neoliberal conservam premissas basilares presentes na atualidade, tais como a existência de interesses compartilhados e do ordenamento do ambiente internacional, mediante a realidade de organizações internacionais que, à luz do direito internacional, promovem a cooperação técnica e financeira, ainda que, algumas vezes, disfarçando interesses nacionais assentados, porém sem desconsiderar a prerrogativa da moral. Além do mais, se esclarece que a cooperação internacional para o desenvolvimento contempla a segurança ambiental como tema importante da agenda internacional, ou seja, há um interesse em comum por parte dos Estados e demais entes da comunidade internacional em frear as ações humanas que promovam o desequilíbrio ambiental, inclusive por meio do combate à pobreza, como forma de garantir a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Nesse sentido, constatou-se no primeiro capítulo dessa obra que o tema meio ambiente ganhou proporções internacionais, principalmente, ao entrar na agenda do maior organismo internacional, cuja função é manter a paz e a segurança através da promoção da cooperação internacional, quer dizer, das Nações Unidas como órgão de articulação e governança global.

Dessa forma, foi demonstrado que a ideia de proteção e conservação ambiental se tornou relevante no contexto das instituições internacionais a partir do começo do século XX, ao notar-se que a natureza deixa de ser apenas matéria-prima para o desenvolvimento industrial e de consumo e se faz relevante como um bem da humanidade, ao mesmo tempo em que foram sentidas as consequências das devastações ao meio ambiente pelo homem, o que, como visto, repercutiu ainda mais para o estudo e discussão mundial do assunto.

As Nações Unidas, ao enxergarem a importância da questão ambiental, reforçaram o tema meio ambiente com sua influente capacidade de articulação e elaboraram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em consonância com o auxílio de outras instituições internacionais de cunho financeiro, seguido pelo comprometimento dos entes estatais, a fim de impulsionar a redução da pobreza e da segurança ambiental, entre outros pontos consideráveis.

Como abordado, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgiram da Declaração do Milênio e, por meio desse esforço coletivo, se acertaram objetivos, metas e indicadores. Entretanto, para este trabalho, apenas foram relevantes o objetivo de garantia de sustentabilidade ambiental e a meta de redução pela metade da população sem acesso à água potável e saneamento básico nos países do Brasil e da Colômbia.

Salientou-se, no segundo capítulo, as formas como as operações de implementação foram desenvolvidas, ou seja, analisaram-se os quinze anos de condução nacional de ambos países, de acordo com o objetivo e meta elaborados em nível internacional que tinham como prerrogativa a melhoria e a ampliação geral das coberturas, considerando o abastecimento, recolhimento, tratamento etc, ou melhor, toda a cadeia dos dois serviços básicos, assim como a promoção da redução de desejos e poluentes no meio ambiente.

Durante a implementação da meta de redução da população sem acesso à água potável e esgotamento sanitário, foram notados problemas e diferenças entre os relatórios nacionais de acompanhamento, o que pôde ter implicado menores inconsistências na pesquisa em questão, porque são ora incompletos ora confusos, porém não alteram o resultado final.

Os relatórios apresentados, e, em especial, o relatório de acompanhamento nacional do Brasil no ano de 2004, é um exemplo de trabalho incompleto, porque traz consigo poucas informações, o que o torna excessivamente sucinto a ponto de faltarem dados importantes de análise que só se revelam nos próximos relatórios, mas que volta e meia desaparecem em outros relatórios de supervisão dos trabalhos. Aliás, dados novos também surgem e desaparecem sem quaisquer explicações, a exemplo da questão de renda que é vista apenas no último relatório brasileiro.

No que tange às demais considerações, restou constatado que a Colômbia se prepara melhor para o futuro da continuidade do crescimento populacional, por meio de estratégias nacionais e de metas nacionais para o aumento progressivo da cobertura dos serviços básicos, ao passo que o Estado brasileiro negligencia tal proposta. Entretanto, analisadas as tipificações de detalhamento das estruturas de rede de esgoto e de água, o Brasil retrata de forma mais clara que a Colômbia a infraestrutura geral e suas ramificações.

Ao conduzir a pesquisa, fez-se perceptível a maneira como a Colômbia e o Brasil financiaram o programa para o alcance da meta em estudo. Por parte da Colômbia, houve um empenho entre o setor público e o setor privado, enquanto que, por parte do Brasil, não houve volumosa participação do setor privado no fornecimento dos recursos. A propósito, a Colômbia também foi capaz de fortalecer a sua capacidade institucional para uma melhoria dos processos administrativos, fato que não ocorreu com a mesma intensidade no Brasil.

O estudo demonstrou que o Brasil alcançou a meta de redução pela metade da percentagem da população sem acesso à água potável e ao saneamento básico. A Colômbia, por outro lado, alcançou parcialmente a meta, contudo os níveis de cobertura, atualmente, se mostram mais favoráveis à Colômbia, que demonstra maior percentagem da população com acesso a esses serviços básicos, se comparada à cobertura brasileira.

Por fim, o terceiro e último capítulo desse trabalho explicou e interpretou, à luz das teorias de relações internacionais, liberal e neoliberal, a fim de enxergar e

entender como funcionam as relações de interesse e o poder do sistema internacional na atualidade, exemplificando e ressaltando as Nações Unidas e o programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), assim como os interesses compartilhados, ou seja, a cooperação interacional para o desenvolvimento, juntamente com seu surgimento, ao ponto de contemplar o tema de segurança ambiental nos esforços globais.

ANEXO

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

Meta 1A: Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a US\$ 1 dólar por dia²

- 1.1** Proporção da população que apresenta uma paridade do poder de compra (PPC³) inferior a 1 dólar por dia;
- 1.2** Índice de intensidade de pobreza;
- 1.3** Participação dos 20 por cento mais pobres no consumo nacional;

Meta 1B: Alcançar o pleno emprego e assegurar a todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, um trabalho digno e produtivo

- 1.4** Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada;
- 1.5** Taxa de emprego;
- 1.6** Proporção da população empregada ou cujo rendimento é inferior a um dólar PPC;
- 1.7** Proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares, com base no emprego total;

Meta 1C: Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome

- 1.8 Prevalência de insuficiência ponderal em crianças com menos de cinco anos de idade;
- 1.9 Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorías.

Objetivo 2: Alcançar o ensino primário universal

Meta 2A: Garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino primário

- 2.1 Taxa líquida de escolarização no ensino primário;
- 2.2 Proporção de alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5.º ano;
- 2.3 Taxa da literacia do grupo etário entre os 15 e os 24 anos, mulheres e homens.

Objetivo 3: Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres

Meta 3A: Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino, até 2015

- 3.1 Rácio entre raparigas/rapazes no ensino primário, secundário e terciário;
- 3.2 Proporção de mulheres com emprego remunerado no sector não agrícola;
- 3.3 Proporção de assentos parlamentares detidos por mulheres nos parlamentos nacionais.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

Meta 4A: Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos

- 4.1 Taxa de mortalidade de menores de cinco anos;
- 4.2 Taxa de mortalidade infantil;
- 4.3 Proporção de crianças de um ano vacinadas contra o sarampo.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 5A: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna

- 5.1 Taxa de mortalidade materna;
- 5.2 Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado.

Meta 5B: Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva

- 5.3 Taxa de prevalência de contraceptivos;
- 5.4 Taxa de gravidez na adolescência;
- 5.5 Prestação de cuidados pré-natais (de pelo menos uma visita para pelo menos quatro ou mais visitas);
- 5.6 Necessidades não atendidas de planeamento familiar.

Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças

Meta 6A: Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA

- 6.1 Prevalência do VIH na população com idades compreendidas entre os 15-24 anos;
- 6.2 Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco;
- 6.3 Percentagem da população do grupo etário dos 15 aos 24 anos que tem conhecimentos pormenorizados e corretos sobre o VIH/SIDA;
- 6.4 Rácio de frequência escolar entre órfãos/não órfãos com idades compreendidas entre os dez e os catorze anos.

Meta 6B: Assegurar, até 2010, o acesso universal ao tratamento contra o VIH/SIDA a todas as pessoas que dele necessitam

- 6.5 Proporção da população em fase avançada da infeção pelo VIH com acesso a tratamento antirretroviral.

Meta 6C: Deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças

- 6.6 Prevalência da malária e mortes associadas a esta doença;
- 6.7 Proporção de crianças com menos de cinco anos que dormem debaixo de redes mosquiteiras tratadas com inseticida;
- 6.8 Proporção de crianças com menos de cinco anos com febre que são tratadas de forma apropriada;
- 6.9 Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à tuberculose;
- 6.10 Proporção de casos de tuberculose detetados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta (tratamentos CDVD).

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 7A: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais

Meta 7B: Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma diminuição significativa da taxa de perda. Indicadores da meta 7a e 7b:

- 7.1 Proporção do território terrestre constituído por zonas florestais;
- 7.2 Emissões de dióxido de carbono: total, per capita e por 1 dólar/PIB (PPC);
- 7.3 Utilização de substâncias que destroem a camada do ozono;
- 7.4 Proporção de unidades de recursos haliéuticos dentro dos limites biológicos seguros;
- 7.5 Quantidade de recursos hídricos utilizados;
- 7.6 Proporção de áreas terrestres e marítimas protegidas;
- 7.7 Número de espécies ameaçadas de extinção.

Meta 7C: Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico

- 7.8 Proporção da população com acesso permanente a fontes de água potável melhoradas;
- 7.9 Proporção da população com acesso permanente a instalações sanitárias melhoradas.

Meta 7D: Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos cem milhões de pessoas que vivem em bairros degradados, até 2020

- 7.10 Proporção da população urbana que vive em bairros degradados.

Objetivo 8: Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento

Meta 8A: Continuar a criar um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório

Inclui o compromisso de assegurar a boa governação, o desenvolvimento e a redução da pobreza – tanto ao nível nacional como internacional.

Meta 8B: Responder às necessidades especiais dos países menos avançados

Inclui o acesso com isenção de direitos e sem restrições quantitativas para as exportações dos países menos avançados; a intensificação do programa de redução da dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE); o cancelamento da dívida oficial bilateral; e Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) mais generosa para os países que estão empenhados em reduzir a pobreza.

Meta 8C: Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e da implementação das conclusões da 22.ª sessão especial da Assembleia Geral

Meta 8D: Tratar, de uma maneira global, os problemas da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo

Indicadores das Metas 8A, 8B, 8C, 8D

Alguns dos indicadores infra listados serão monitorizados separadamente para os Países Menos Desenvolvidos (PMD), África, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

- 8.1 APD líquida concedida aos países menos desenvolvidos, de acordo com a percentagem do rendimento nacional bruto dos doadores da OCDE/CAD, rendimento nacional bruto (RNB);
 - 8.2 Proporção de número total de doadores bilaterais, APD alocável por sector da OCDE/CAD, de serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento);
 - 8.3 Proporção da APD bilateral concedida por doadores da OCDE/CAD que não está vinculada;
 - 8.4 APD recebida pelos países em desenvolvimento sem litoral em proporção ao respetivo rendimento nacional bruto;
 - 8.5 APD recebida pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento em proporção ao respetivo rendimento nacional bruto (RNB);
- Acesso aos Mercados**
- 8.6 Proporção do total de importações dos países desenvolvidos (por valor, excluindo armas) provenientes dos países em desenvolvimento e dos países menos avançados e admitidas naqueles países em regime de isenção de direitos;
 - 8.7 Tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas e aos têxteis e vestuário provenientes de países em desenvolvimento;
 - 8.8 Estimativa dos subsídios agrícolas dos países da OCDE em relação à percentagem do respetivo produto interno bruto (PIB);
 - 8.9 Proporção da APD destinada ao reforço das capacidades comerciais;
- Sustentabilidade da dívida**
- 8.10 Número total de países que atingiram o seu ponto de decisão no âmbito da iniciativa a favor dos PPME e número de países que atingiram o ponto de cumprimento no âmbito da mesma iniciativa (cumulativo);
 - 8.11 Redução da dívida prometida no âmbito da Iniciativa a favor dos PPME;
 - 8.12 Serviço da dívida em relação à percentagem de exportações de produtos e serviços;

Meta 8E: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, assegurar o acesso a medicamentos essenciais com preços comportáveis, nos países em desenvolvimento

- 8.13 Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais com preços comportáveis, de forma sustentável;

Meta 8F: Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial nas áreas da informação e das comunicações

- 8.14 Assinantes de telefones de rede fixa por 100 habitantes;
- 8.15 Assinantes de telefones de rede móvel por 100 habitantes;
- 8.16 Utilizadores da Internet por 100 habitantes.

REFERÊNCIAS

ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil. **Desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/item/7513-conven%25C3%25A7%25C3%25A3o-sobre-diversidade-biol%25C3%25B3gica-cdb>>. Acesso em: 8 set. 2017.

_____. _____. **Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2004.

_____. _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2005.

_____. _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2007.

_____. _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2010.

_____. _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2014.

_____. PNUD. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 9 set. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.445**, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

BRÜMMER, Simone. **Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente**. 2010. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/18162/historico-dos-movimentos-internacionais-de-protecao-ao-meio-ambiente>>. Acesso em: 8 set. 2017.

CAMPOS, Rodrigo Pires de. **Novas Dimensões da negociação na cooperação internacional**: A experiência da ajuda externa financeira no Brasil. Revista Cena Internacional. v .7, n.1, p.133–150. Brasília: iREL-UnB, 2005.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli; BARCELLOS, Frederico Cavadas. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica**. Rio de Janeiro/RJ, 2014. Sustentabilidade em Debate – Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set/dez 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/11176/8976>>. Acesso em: 9 set. 2017.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

COLÔMBIA. **Hacia una Colombia Equitativa e Incluyente** - Informe de Colombia - Objetivos de Desarrollo Del Milenio. Bogotá, 2005.

_____. **Informe de seguimiento a los Objetivos de Desarrollo del Milenio - Análisis Regional**. Bogotá, 2014.

_____. **Los Objetivos de Desarrollo del Milenio - II Informe de Seguimiento**. Bogotá, 2008.

_____. PNUD. **Objetivo de Desarrollo del Milenio**. Bogotá, 2014.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, John; ENGBERG-PEDERSEN, Poul. **Aid: Understanding International Development Cooperation**. [S.l.]: Zed Books, 2003.

HUTTON, Guy; BARTRAM, Jamie. **Global costs of attaining the Millennium Development Goal for water supply and sanitation**. *Bull World Health Organ* [online], v. 86, n.1, p.13-19, 2008. ISSN 0042-9686. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0042-96862008000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 9 set. 2017.

IUCN. **About**. Disponível em: <<https://www.iucn.org/about>>. Acesso em: 8 set. 2017.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. **The Promise of Institutional Theory**. (Source: International Security). v. 37, n. 1.p. 39-51, 1995.

MIRANDA, Oannes. **Programas, fundos e agências especializadas**. 2012. Disponível em: <<https://infoonu.wordpress.com/2012/11/12/programas-fundos-e-agencias-especializadas/>>. Acesso em: 08 set. 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ONU. Nações Unidas no Brasil. **A Carta das Nações Unidas**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 8 set. 2017.

_____. _____. **O Conselho Econômico e Social**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>>. Acesso em: 8 set. 2017.

_____. _____. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

_____. _____. **A ONU e o meio ambiente**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 8 set. 2017.

PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Declaração de Princípios sobre Florestas – Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 1992. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_de_Principios_sobre_Florestas.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

RIO DE JANEIRO (cidade). Rio+20. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. **Sobre a Rio+20**. 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 9 set. 2017.

ROCHA, J. M. **Política internacional para o meio ambiente: avanços e entraves pós-conferência de Estocolmo**. *Revista Ciências Administrativas*, v. 9, n. 2, p. 229-240, 2003.

SACHS, Jeffrey D. **From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals**. Earth Institute, Columbia University, New York, USA. Disponível

em: <<http://jeffsachs.org/wp-content/uploads/2012/06/From-MDGs-to-SDGs-Lancet-June-2012.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2017.

SUÍÇA. Club of Rome. **History**. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/about-us/history/>> acesso em: 8 set. 2017.

UNIC Rio de Janeiro. **Programas e agências especializadas**. 2014. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/programas-e-agencias-especializadas/>>. Acesso em: 8 set. 2017.

VILLAS BOAS, Cristina et al (coord). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Cobertura jornalística dos compromissos de desenvolvimento para 2015 e anos seguintes**. Tradução Alexandra Berg et al. Vienna, AUST: International Press Institute, 2013.